

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**  
**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura**  
**e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a**  
**agricultura**

**Área Temática: Reforma Agrária.**

**Período de Análise: 01/10/2016 a 31/10/2016**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Sítio Eletrônico da CONAB  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Site Eletrônico da ABAG  
Carta Capital

**Estagiária:** Ananda da Silveira

## Índice:

<b>Orçamento de Temer corta verba para reforma agrária.</b> Ranier Bragon - Jornal Folha de São Paulo. 01/10/2016 .....	5
<b>Sem Terra ocupam área em Unaí, Minas Gerais.</b> Adriana Gomes. Site do MST, 03/10/2016.....	8
<b>Saúde familiar completa dois anos em assentamento gaúcho.</b> INCRA, 03/10/2016..	8
<b>Regularização fundiária beneficia agricultores familiares paranaenses.</b> INCRA, 04/10/2016.....	10
<b>Orgãos públicos avaliam atuação nos conflitos de terras em Rondônia.</b> INCRA, 06/10/2016.....	11
<b>Governo Federal discute ações para a agricultura familiar com movimentos do campo.</b> INCRA, 06/10/2016. ....	13
<b>Presidente do Inca reúne-se com lideranças de movimentos sociais do Rio de Janeiro.</b> INCRA, 06/10/2016.....	14
<b>Ouvidoria Agrária Nacional realiza reuniões na sede do Inca no Maranhão.</b> INCRA, 06/10/2016.....	15
<b>Encontro reforça diálogo com povos tradicionais.</b> Letícia Verdi. Site do MMA,06/10/2016. ....	17
<b>Movimentos sociais cobram recriação do MDA.</b> Cristiano Zaia. Valor Econômico, 06/10/2016.....	18
<b>Índice de alimentos da FAO sobe 2,9% em setembro ante agosto.</b> Fernanda Pressinott. Valor Econômico, 06/10/2016.....	20
<b>Conab prevê nova safra de grãos entre 210,5 e 214,8 milhões de t.</b> Fernanda Pressinott. Valor Econômico, 06/10/2016.....	20
<b>Garantir terras para indígenas na Amazônia poderia render US\$ 1 trilhão ao Brasil.</b> Fábio de Castro. O Estado de São Paulo, 07/10/2016.....	21
<b>Inca/CE conclui vistoria de área quilombola em Tamboril.</b> INCRA, 07/10/2016.	24
<b>Superintendência do Inca e Fazenda Nacional/RJ debatem adjudicação de terras.</b> INCRA, 07/10/2016.....	24
<b>Inca adquire fazenda para assentar famílias atingidas por barragens em Goiás.</b> INCRA, 07/10/2016.....	26
<b>CONTAG e ABRA reúnem-se para definir estratégias políticas.</b> Site da CONTAG, 07/10/2016.....	27
<b>Temer vai esvaziar atuação do MST em reforma agrária.</b> Carla Araújo – Jornal O Estado de São Paulo. 08/10/2016 .....	28
<b>Governo garante título de terra a extrativistas.</b> Tinha Oliveira. Site do MMA, 11/10/2016.....	30

<b>Estudantes Sem Terra ocupam diretoria do Instituto Federal em Sergipe.</b> Site do MST, 11/10/2016.....	31
<b>Mulheres quilombolas pedem mais recursos para desapropriação de terras.</b> Camila Boehm e Eliane Gonçalves. Site do MST, 12/10/2016 .....	32
<b>MS: Combate à Violência no Campo realiza reunião em Campo Grande e Dourados.</b> INCRA, 13/10/2016.....	35
<b>Justiça determina despejo de famílias camponesas de Campos Lindos (TO).</b> Site da CPT, 17/10/2016.....	36
<b>RS: Indígenas recebem cestas com alimentos da agricultura familiar.</b> Site da CONAB, 17/10/2016.....	39
<b>Porto Alegre ganha mais um espaço para vendas de produtos da reforma agrária.</b> INCRA, 19/10/2016.....	40
<b>Programa de Educação na Reforma Agrária instala Colegiado Estadual no RS.</b> INCRA, 19/10/2016.....	41
<b>Incra recepciona pauta de movimentos sociais e debate atendimento.</b> INCRA, 19/10/2016.....	43
<b>Acampamentos em Anapu (PA) são incendiados e famílias perdem quase todos seus pertences.</b> Site do MMA, 20/10/2016. ....	44
<b>Despejo anunciado: no Tocantins, Justiça troca camponeses por sojeiros.</b> Site do MST, 19/10/2016.....	44
<b>Incra cria novo assentamento em Barra de São Miguel/PB.</b> INCRA, 21/10/2016. .	46
<b>PFE/Incra aciona justiça a fim de recuperar posse de terras públicas em Rondônia.</b> INCRA, 21/10/2016.....	47
<b>Incra firma acordo com Estado de Pernambuco para cadastro de imóveis rurais.</b> INCRA, 21/10/2016.....	48
<b>Incra realiza reuniões com agricultores de assentamentos no Rio de Janeiro.</b> INCRA. 24/10/2016.....	49
<b>TCU volta atrás em interpretação que não admitia melhoria de vida dos assentados.</b> Ivan Siqueira Barreto. Site do MST, 24/10/2016.....	51
<b>Incra/RN entrega obras de construção e reforma de 78 moradias em dois assentamentos.</b> INCRA, 25/10/2016.....	53
<b>Incra apresenta ações em reunião de acompanhamento da política quilombola.</b> INCRA, 25/10/2016.....	54
<b>Incra/PI e Prefeitura de Piracuruca discutem melhorias em assentamentos.</b> INCRA, 26/10/2016.....	56
<b>Famílias acampadas comemoram a conquista de mais um Assentamento na Cidade de Goiás.</b> Site da CPT, 26/10/2016.....	57

<b>Encontro Nacional de Formação da CPT debate a questão agrária atual. Site da CPT, 27/10/2016.....</b>	<b>58</b>
<b>Incra lança edital para assentamento de famílias no Sul e Sudeste do Pará. INCRA, 27/10/2016.....</b>	<b>63</b>
<b>Famílias Sem Terra sofrem ação truculenta em Itanhém, na Bahia. Site do MST, 27/10/2016.....</b>	<b>64</b>
<b>Sem Terra comemoram a demarcação de agrovilas agroecológicas no sul da Bahia. Site do MST, 28/10/2016.....</b>	<b>64</b>
<b>NOTA PÚBLICA - Família vítima de massacre perde terra no Amapá. Site da CPT, 31/10/2016.....</b>	<b>65</b>
<b>Incra/RO e Terra Legal firmam parceria para regularização fundiária em áreas de conflitos agrários. INCRA, 31/10/2016.....</b>	<b>67</b>

## **Orçamento de Temer corta verba para reforma agrária. Ranier Bragon - Jornal Folha de São Paulo. 01/10/2016**

Ancorada em uma previsão de deficit de R\$ 139 bilhões, a proposta de Orçamento do governo Michel Temer (PMDB) para 2017 estabelece uma redução expressiva de verbas para importantes programas federais relativos à questão agrária.

A "tesourada" abrange rubricas de vários ministérios e órgãos responsáveis por ações direcionadas à reforma agrária, a pequenos agricultores, índios e comunidades tradicionais, entre outros.

A Funai (Fundação Nacional do Índio), por exemplo, teve agravada uma dramática redução orçamentária praticada nos últimos anos e, para 2017, terá o menor orçamento discricionário (de aplicação livre) dos últimos dez anos, pelo menos.

Os R\$ 110 milhões projetados para o ano que vem representam a metade do que a fundação teve em 2007, em valores corrigidos.

O programa de Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas, um dos afetados, caiu de R\$ 18 milhões em 2007 para R\$ 15,3 milhões previstos para 2017 –uma redução de 15%.

Isso apesar de um relatório do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) apontar "654 terras indígenas com pendências administrativas para terem finalizados os seus procedimentos demarcatórios", sendo que 348 delas "não tiveram quaisquer providências administrativas tomadas pelos órgãos do Estado até hoje" (os dados são referentes ao ano de 2015).

O relatório cita como exemplo o caso da Terra Indígena São Gabriel/São Salvador, do povo Kokama, no Amazonas, cujo estudo pelo grupo técnico da Funai se iniciou em 2003, mas não havia sido concluído até a publicação do estudo do Cimi.

### **AGRICULTURA FAMILIAR**

O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário viu seu orçamento aumentar em 7,7%, mas programas direcionados à agricultura familiar tiveram redução drástica.

Entre eles está o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), ação que compra alimentos de agricultores familiares para distribuição a pessoas de baixa renda –redução de R\$ 478 milhões para R\$ 294 milhões, o que levará a um encolhimento de 91,7 mil para 41,3 mil no número de famílias atendidas.

No Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) houve redução, entre outros, nos programas de reconhecimento de áreas quilombolas (-48%) e de obtenção de terra para a reforma agrária (-52%) –a meta de 174 mil hectares diminuiu para 27 mil hectares.

Já a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, vinculada à Casa Civil, teve aumento no orçamento total em relação ao previsto para 2016 (14,2%).

O valor reservado para o ano que vem, entretanto, é 37% inferior à dotação atual, que teve um incremento no seguro aos agricultores do Nordeste (o Garantia-Safra), devido à seca.

O Ministério da Agricultura teve uma redução global em seu orçamento de 12%, com acentuada queda nas áreas de Pesca e Aquicultura, Agropecuária Sustentável e Defesa Agropecuária.

Na Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), o programa Agropecuária Sustentável também sofreu corte de 33%. Já a ampliação e melhoria da capacidade de armazenamento de alimentos da companhia, uma das prioridades do órgão no Plano Plurianual 2016-2019, praticamente desapareceu.

Os dados foram levantados pelo gabinete da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, principal partido de oposição ao governo Temer, e cruzados pela **Folha** com fontes oficiais e os órgãos e ministérios do setor.

A proposta de Orçamento do governo federal está em análise no Congresso Nacional, que pode elevar ou diminuir as verbas alocadas pela equipe econômica de Temer.

## **OUTRO LADO**

Com exceção da Funai, os ministérios e órgãos ligados à questão agrária afirmaram que as prioridades no setor serão preservadas e que não é só o orçamento que define a qualidade dos programas.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário informou que "reafirma o compromisso com programas prioritários, como o Bolsa Família, Cisternas e Programa de Aquisição de Alimentos".

A pasta diz ainda que será possível "realocar recursos" durante o ano após "um rigoroso pente-fino em curso".

"Uma prova do compromisso deste governo é que o Bolsa Família foi reajustado em julho deste ano, aumento de 12,5% no benefício médio", afirma o ministério.

Em relação ao PAA, a pasta diz que um grande orçamento não garante maiores compras dos agricultores familiares caso eles não estejam "preparados com assistência técnica, orientação sobre logística e planejamento".

A Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário afirmou reiterar "seu compromisso com a manutenção das políticas públicas". Sobre as quedas específicas de verbas, disse que irá se pronunciar após a aprovação do Orçamento.

A Conab informou que o Ministério da Agricultura está reavaliando a prioridade para o Plano Nacional de Armazenagem. Sobre a formação de estoques, disse que a política de garantia de preço mínimo –compra de produto pelo governo quando o valor de mercado cai abaixo do fixado– teve pouco interesse dos produtores nos últimos anos. "A dotação prevista para 2017 é muito superior, portanto, ao efetivamente executado nos dois últimos anos."

O presidente substituto da Funai, Agostinho Netto, afirmou que o órgão precisa de orçamento para cumprir a sua missão, que "fará todos os esforços para tanto" e que "não deixa, contudo, de reconhecer o difícil quadro orçamentário público atual".

---

**Sem Terra ocupam área em Unaí, Minas Gerais. Adriana Gomes. Site do MST, 03/10/2016**

Cerca de 1200 famílias Sem Terra do acampamento Boa Vida ocuparam, no sábado (24), uma área de 21 hectares localizada no bairro Água Branca I e II, no município de Unaí, Minas Gerais.

Segundo os trabalhadores parte da área, que é massa falida do frigorífico do Grupo Arantes Alimentos, foi grilada e, hoje, tem lotes vendidos no valor de R\$ 70 a 100 mil reais.

O grupo também atua clandestinamente realizando leilões de partes integrantes da área, mesmo após o financiamento do terreno pelo Banco do Brasil.

De acordo com o membro da direção nacional do MST, Lucimar Nascimento, a área ocupada não cumpre sua função social: “há mais de oito anos a área está desocupada e abandonada”, declara.

### **Disputa**

Um fato que evidencia o conflito de disputa pela terra é que durante os primeiros dias de ocupação já apareceram vários grileiros que se declaram donos da área.

Atualmente mais de cinco mil famílias aguardam moradia na região.

---

### **Saúde familiar completa dois anos em assentamento gaúcho. INCRA, 03/10/2016.**

As famílias do assentamento Santa Rita de Cássia II, localizado em Nova Santa Rita, região metropolitana de Porto Alegre (RS), comemoraram, na última quinta-feira (29), os dois anos de existência da unidade de Estratégia de Saúde da Família Rural (ESFR) Marisa Lourenço da Silva. Para marcar a data, a comunidade organizou um almoço festivo que reuniu cerca de 300 pessoas, entre moradores e convidados.

Funcionando em área cedida pelo Incra/RS na antiga sede do assentamento, a ESFR Marisa Lourenço da Silva levou nova oportunidade de tratamento aos agricultores da reforma agrária. A coordenadora da unidade, enfermeira Sheila Vasconcellos, lembra



que o perímetro de atuação é ainda mais extenso. “Inclui o assentamento Capela (onde foi montado um anexo), uma comunidade de ribeirinhos e até algumas áreas urbanas. Contamos com 500 famílias cadastradas, mas a listagem continua crescendo”, destaca.

As demandas são encaminhadas por dez profissionais divididos em duas frentes. Parte do grupo é responsável por atender os pacientes que buscam auxílio no local e no posto avançado do assentamento Capela. O outro segmento da equipe (quase todo formado por mulheres assentadas) executa de oito a dez as visitas domiciliares por dia.

Como resultado dos esforços, a média de consultas médicas efetuadas pela ESFR atinge 300 por mês, além de procedimentos como curativos, administrações medicamentosas, coleta de materiais para exames e acompanhamento de pacientes prioritários (crônicos, recém-nascidos, gestantes, idosos, entre outros). Orientações sobre planejamento familiar, saúde do trabalhador e demais questões vinculadas ao tema – com destaque para o combate à dengue, chicungunha e zika – estão igualmente entre as rotinas.

Para os agricultores, a presença da unidade ampliou as perspectivas de cura. Marta Salete de Souza testemunha a agilidade dos encaminhamentos após ter sido diagnosticada com tumor no seio. “Em pouco mais de 30 dias fiz cirurgia e estou em tratamento. Sem contar que o médico sempre conversa, me apoia e me incentiva”.

Já Cleidineia Haintz destaca a facilidade de acesso. “Antes precisava chegar no posto da cidade cedo da manhã para tentar conseguir ficha. Agora venho aqui na hora que for preciso”, diz. Ela revela buscar auxílio sobretudo para os filhos, de um e quatro anos, e acompanhamento voltado à saúde da mulher.

### **Comunidade**

O médico Danis Coello observa que a prevenção é um dos pilares comuns às unidades de saúde familiar. A ESFR Marisa Lourenço da Silva segue esta orientação acrescida das particularidades rurais. “Percebe-se maior propensão a doenças de pele e coluna”, testemunha. Esta última tendência foi detectada em levantamento realizado pela equipe e está na pauta das futuras ações.

Outro traço marcante é a proximidade com o cotidiano da população. Este ano, por exemplo, a ESFR tornou-se parceira de oficinas organizadas mensalmente pela

Cooperativa de Trabalho em Serviços Técnicos Ltda (Coptec), entidade contratada pelo Incra/RS para prestar assistência técnica. Cada encontro associa uma parte do corpo a uma forma de tratamento, compartilhando saberes científicos e tradicionais. Ao final, todos os presentes são convidados a escolher o próximo assunto e a plantar mudas medicinais no horto implantado junto ao prédio da unidade. É também uma oportunidade para colher espécies. “Podem levar, essas plantas são para serem usadas nas casas”, comentava a técnica em enfermagem Mara Druzian, durante o curso ocorrido no início de agosto.

Segundo o presidente da associação dos assentados, Juvildo Dellagerisi, o vínculo com a Estratégia de Saúde da Família Rural é uma realidade anterior à inauguração. “Na época, fizemos muitos mutirões para reformar o prédio e deixar tudo pronto para a vinda da unidade”, lembra. A alegria da conquista não impediu a homenagem à jovem Marisa Lourenço da Silva, integrante da comunidade que morreu atropelada aos 13 anos, quando estava acampada aguardando a criação do assentamento.

A relação dos assentados com a instituição foi mantida durante o aniversário de dois anos de funcionamento. O almoço comemorativo foi totalmente elaborado com produtos doados pelos moradores: galinha caipira, arroz, saladas e sucos. “É tudo orgânico e, se notar, não tem refrigerante porque esse lugar e esse dia são para lembrar do cuidado com a saúde”, frisou o assentado Joice dos Santos. Juntamente com a esposa, Solange Castilhos, ele doou galinhas e alface para a refeição. A agricultora complementou as palavras do marido. “Essa festa é nossa. A prioridade da unidade de saúde somos nós e ela significa que o assentamento está crescendo”.

---

### **Regularização fundiária beneficia agricultores familiares paranaenses. INCRA, 04/10/2016.**

A Superintendência Regional do Incra no Paraná deu início a uma ação de regularização fundiária no Estado que deverá atender pelo menos 246 ocupações no território Cantuquiriguaçu. O trabalho, que teve início nesta segunda-feira (3), é coordenado pelo Serviço de Regularização Fundiária do Incra sediado no município de Cascavel e viabilizará aos agricultores familiares e demais posseiros a permanência na terra, por meio da segurança jurídica de posse e título do imóvel.

A regularização fundiária alcançará parte da Gleba 5 da Colônia São João do Sul, em uma área de 3.808 hectares que se estende pelos municípios de Nova Laranjeiras, Diamante do Sul e Guaraniaçu (PR), registrada em nome da União. As ocupações a serem regularizadas possuem, majoritariamente, áreas abaixo de quatro módulos fiscais.

“A Colônia São João do Sul, criada pelo Estado do Paraná nas décadas de 1950 e 1960, está encravada no Terreno Catanduvás, que foi declarado de domínio da União no acórdão da Apelação Cível nº 9.621-1-PR. Essa parte da Gleba 5 não foi alcançada pelos títulos estaduais. Dessa forma, as ocupações configuram posses por simples ocupações e serão regularizadas conforme as regras estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 1942, de 31 de maio de 1982”, explica Adilson Souza, coordenador do Serviço de Regularização Fundiária do Incra/PR.

O processo de regularização fundiária é composto por três etapas: o georreferenciamento, que consiste em um sistema capaz de garantir a medição precisa e atualizada das propriedades; o cadastro, com o levantamento de informações numéricas e literais relativas às propriedades; e a titulação, dada aos posseiros agricultores familiares que estiverem em áreas passíveis de regularização.

Nesta ação a ser realizada no Paraná, os trabalhos de campo constituídos de demarcação topográfica georreferenciada, vistoria rural e atualização cadastral deverão ser realizados até o final de 2016. As instruções processuais de titulação deverão ser finalizadas no primeiro semestre de 2017.

A ação de Regularização Fundiária do Incra permite o conhecimento da situação fundiária brasileira, tornando-se um instrumento para o planejamento e a proposição de políticas públicas locais, como o crédito rural e a assistência técnica.

---

**Orgãos públicos avaliam atuação nos conflitos de terras em Rondônia. INCRA, 06/10/2016.**

Com a participação da subprocuradora-geral da República, Deborah Duprat, órgãos públicos e sociedade civil envolvidos com a questão agrária em Rondônia realizaram reunião nesta terça-feira (4), na sede do Ministério Público, para debater os principais entraves na atuação para a solução dos conflitos de terras e encaminhar providências.

O superintendente regional do Incra/RO, Cletho Muniz de Brito, apresentou dados como a existência de 106 áreas em situação de conflito situadas em 23 municípios, com 8.759 famílias acampadas. Segundo ele, a iniciativa de licitar terras públicas pelo governo federal no período da colonização do estado e a indefinição posterior dessa situação é a principal causa das disputas locais por terra, uma vez que geraram precariedade na titulação. Quarenta e um títulos já foram cancelados pelo programa de regularização fundiária da Amazônia – Terra Legal - e outros 18 estão em fase de cancelamento.

As principais limitações apresentadas pelos órgãos públicos situam-se nas esferas legais e estruturais. O governo de Rondônia quer a transferência das terras da União para o Estado acreditando que assim poderá resolver rapidamente as áreas em disputa. A Advocacia Geral da União (AGU) reclama do alto quantitativo de processos e a grande demanda que tem sido decidida equivocadamente na justiça estadual sendo a competência federal. O Incra e o programa Terra Legal têm dificuldades de atribuições, uma vez que cerca de 80% das áreas embargadas são da alçada de solução do Terra Legal, no entanto, parte dos problemas é encaminhada para a autarquia resolver.

Da sociedade civil estavam presente a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). O representante da CPT, Josep Iborra Plans, demonstrou sua preocupação com a criminalização dos movimentos sociais e com a insegurança que vivem os pequenos produtores em acampamentos. “Até as populações tradicionais de Rondônia têm suas terras impunemente invadidas, tomadas por grandes posseiros e ameaçadas de morte”, alertou.

### **Providências**

A subprocuradora da República demonstrou preocupação com os dados de violência no campo em Rondônia, superiores até aos do Pará que tem um complexo histórico de grilagem. Quanto à criminalização dos movimentos sociais, Duprat enfatizou que “a

corde interamericana já pacificou entendimento e há jurisprudência no STJ de que o movimento social não pode ser criminalizado e sim o CPF de quem cometeu a prática delituosa.”

Entre as providências encaminhadas, ficou acordado que o MPF se reunirá periodicamente com o Incra e Terra Legal para acompanhar os cancelamentos administrativos dos títulos de terras e os procedimentos deles decorrentes até a devida destinação dos imóveis.

O MPF elaborará algumas recomendações à Polícia Militar de Rondônia e à Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania (Sesdec-RO) a fim de melhorar a atuação destes órgãos quando se tratar de cumprimento de ordem judicial de reintegração de posse coletiva, visando evitar que haja criminalização dos movimentos sociais.

A subprocuradora realizará nova reunião em breve com os mesmos participantes para avaliar o andamento das providências acordadas.

---

### **Governo Federal discute ações para a agricultura familiar com movimentos do campo. INCRA, 06/10/2016.**

A titulação de assentamentos e as propostas para aperfeiçoar o processo de cadastro e seleção de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária foram temas abordados pelo presidente do Incra, Leonardo Góes, durante encontro com representantes de movimentos sociais e sindicais do campo, nesta quarta-feira (5), no auditório da autarquia, em Brasília (DF).

A apresentação ocorreu durante o *Workshop* Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária, promovido pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD), com o objetivo de discutir ações prioritárias para o setor. O evento termina nesta quinta-feira (6) e conta também com a participação da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer) e de empresas de extensão rural.

Góes falou também das medidas propostas pela autarquia ao Tribunal de Contas da União (TCU) para assegurar o desbloqueio parcial de beneficiários com indícios de

irregularidades apontados pelo órgão de controle externo, que suspendeu temporariamente parte das recomendações do Acórdão 775/2016. A decisão garante que famílias beneficiárias acessem linhas de crédito para o plantio da safra 2016/2017. “Encontrei o Incra paralisado, por conta da decisão do Tribunal. E por isso, priorizei a construção de providências para atender as recomendações do Tribunal, que reconsiderou parte de sua decisão”, disse.

O presidente do Incra apresentou ainda as principais ações da autarquia para os agricultores assentados, como os programas de Crédito Instalação, Terra Sol, Terra Forte e Pronera. Ele destacou ainda a importância do diálogo com os movimentos sociais e sindicais do campo para aperfeiçoamento das políticas públicas de apoio à agricultura familiar.

O secretário especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, José Ricardo Ramos Roseno, disse que o encontro está sendo realizado para dar continuidade ao debate iniciado entre Governo Federal e movimentos do campo com o objetivo de definir ações prioritárias de apoio à agricultura familiar. “Queremos buscar melhorias em conjunto. Que essa seja a primeira de muitas reuniões para avançar nas políticas voltadas para a agricultura familiar”, ressaltou.

---

### **Presidente do Incra reúne-se com lideranças de movimentos sociais do Rio de Janeiro. INCRA, 06/10/2016.**

O presidente do Incra, Leonardo Góes, reafirmou em encontro com lideranças de movimentos sociais e sindicais do campo no Rio de Janeiro o compromisso da instituição no prosseguimento das ações do Programa Nacional Reforma Agrária no Brasil. A reunião ocorreu dia 4 de outubro, na sede regional da autarquia, na capital fluminense.

Goés comentou sobre a proposta do instituto em retomar a assistência técnica nos assentamentos do Rio de Janeiro. A intenção é produzir uma nova chamada pública em conjunto com os movimentos do campo e assentados da reforma agrária. Ele falou sobre a definição de um calendário regional de vistorias para obtenção de terras, alertando que as ações na área devem se adequar à atual realidade orçamentária. "A prioridade é

investir os recursos disponíveis para retomar a reforma agrária no Brasil. Para isso autorizo a realização de vistorias em áreas plausíveis com o orçamento disponível."

O presidente ouviu as reivindicações dos representantes dos movimentos do campo e comprometeu-se em conjunto com a regional a definir propostas para atender demandas prioritárias nas áreas de obtenção de terras para reforma agrária e assistência técnica para as famílias assentadas.

O diálogo terá continuidade nos próximos dias com a realização de nova reunião, conduzida pelo superintendente regional do Incra no estado, Carlos Castilho do Nascimento.

### **Agroindustrialização**

Durante o encontro, Góes falou da cooperação técnica firmada com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) para implantação de projetos de agroindustrialização em assentamentos fluminenses e de outros estados.

A iniciativa visa a capacitação técnica e elaboração de projetos por meio dos programas Terra Sol e Terra Forte, que são direcionados para a implantação e/ou modernização de empreendimentos agroindustriais em assentamentos criados ou reconhecidos pelo Incra. Segundo Góes, "a universidade tem experiência e capacitação técnica para auxiliar nestes projetos proporcionando um salto de qualidade nos projetos de qualificação e desenvolvimento dos assentamentos".

---

### **Ouvidoria Agrária Nacional realiza reuniões na sede do Incra no Maranhão. INCRA, 06/10/2016.**

Os trabalhadores rurais Natal Soares da Silva, 66 anos, e José Oliveira Santos, 44 anos, saíram de cidades diferentes do interior do Maranhão movidos pelo mesmo objetivo: participar das reuniões da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, que ocorrem na sede da Superintendência Regional do Incra, em São Luís, com o objetivo de buscar soluções para conflitos agrários existentes no estado.

Desde a última quarta-feira (5), Natal da Silva e José Santos, juntamente com dezenas de camponeses e quilombolas, além de representantes de órgãos do governo do Maranhão, do Ministério Público, outras instituições que lidam com problemas relacionados à questão agrária e representantes de partes envolvidas nos conflitos, participam dos encontros, conduzidos pelo ouvidor agrário nacional, desembargador Gercino José da Silva Filho. Os trabalhos serão encerrados nesta sexta-feira (7).

Na pauta de assuntos tratados, situações como a de Natal da Silva, que integra o grupo de 160 famílias ocupantes da fazenda Jurema, na cidade de Vila Nova dos Martírios, a 657 quilômetros da capital maranhense, e a de José Oliveira Santos, quilombola da comunidade de Alto Bonito, em Brejo, distante 215 quilômetros de São Luís. Embora com questões distintas a tratar, os dois simbolizam a importância da mediação para consolidar um ambiente de paz no campo.

No segundo dia de reuniões, nesta quinta-feira (6), foram abordados, além das questões referentes a impasses envolvendo comunidades quilombolas, os problemas relacionados a áreas de assentamento. A ocasião foi um amplo espaço para escutar reclamações e sugestões das partes envolvidas nos casos levados para a apreciação da comissão.

Antes da realização dos encontros, o desembargador Gercino José da Silva Filho esteve com representantes do Poder Judiciário e do Ministério Público. Na conversa com a corregedora-geral de Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, o principal ponto discutido foi a criação e a instalação de uma Vara Agrária no Judiciário maranhense, proposta sugerida ao Tribunal de Justiça do Maranhão pelo ouvidor, por conta do grande número de conflitos no campo no estado.

Um dos avanços neste diálogo foi a publicação do Provimento n.º 29/2009 da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), que recomenda aos magistrados, em caso de ações de manutenção e reintegração de posse coletiva envolvendo imóveis rurais ocupados por trabalhadores sem terra, que sejam ouvidos o Ministério Público, o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma), o Incra e a própria Ouvidoria



Agrária Nacional, órgão ligado à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.

---

**Encontro reforça diálogo com povos tradicionais. Letícia Verdi. Site do MMA,06/10/2016.**

*Governo e povos e comunidades tradicionais discutem, em São Luís do Maranhão, políticas públicas associadas à pesca artesanal e outros temas.*

Começou nesta quinta-feira (6/10) em São Luís do Maranhão, encontro para discutir a renovação do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT). A reunião segue até amanhã (7/10). Participam representantes de movimentos sociais, a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (SEDR/MMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Além da discussão sobre os novos rumos do CNPT, estará na pauta das discussões do segundo dia as políticas associadas à pesca artesanal e criação de novas unidades de conservação. Esta oficina ocorre em cumprimento a acordos entre os movimentos sociais com o MMA e o ICMBio, definidos há cerca de um mês, em Brasília.

“O diálogo está fluindo muito bem. Estamos no caminho de construção de boas propostas para o CNPT e para a pesca artesanal em unidades de conservação federais de uso sustentável”, afirmou a diretora da SEDR/MMA, Juliana Simões.

Participam da reunião os movimentos sociais representados pela Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros (Confrem), Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), quebradeiras de coco babaçu, coletoras de mangaba, caiçaras, entre outros.

**SAIBA MAIS**

O Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT) tem sede em São Luís do Maranhão e é um dos 11 centros nacionais de pesquisa e conservação do ICMBio.

O CNPT tem como objetivos promover pesquisa científica em manejo e conservação de ambientes e territórios utilizados por povos e comunidades tradicionais, seus conhecimentos e modos de organização social; e produzir estudos sobre formas de gestão dos recursos naturais, em apoio ao manejo das Unidades de Conservação federais.

---

### **Movimentos sociais cobram recriação do MDA. Cristiano Zaia. Valor Econômico, 06/10/2016.**

De Brasília Mais uma vez os movimentos sociais do campo vão cobrar do governo a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), extinto por Medida Provisória e transformado em secretaria vinculada ao Palácio do Planalto. Essa é a principal exigência de um documento que será entregue hoje por dez movimentos, entre eles o dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, em evento que começou ontem na sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Brasília. O governo Temer, entretanto, descarta essa possibilidade.

A estratégia dos movimentos é voltar a pressionar o governo a retomar o MDA como ponto de partida para reativar políticas prioritárias ao meio rural que, na avaliação deles, estão paralisadas e perderam força no novo desenho que a área ganhou dentro do atual governo. Assim que Michel Temer assumiu a Presidência, a Pasta foi fundida com a do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e, posteriormente, transformou-se em uma secretaria vinculada à Casa Civil, através de uma medida provisória que se transformou em lei, sancionada na semana passada. Temer chegou a sinalizar que recriaria o MDA para conter as manifestações constantes desses movimentos sociais e ainda acomodar o Solidariedade, partido do deputado Paulo Pereira da Silva (SP), o Paulinho da Força. Mais recentemente, porém, resolveu recuar pelo menos por enquanto da ideia após reação da bancada ruralista do

Congresso. Entre as políticas cobradas por movimentos como a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Contraf Brasil) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), está a promessa de novos assentamentos de reforma agrária no país, que estão parados por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) por indícios de irregularidade.

Os movimentos também pedem o início efetivo das atividades da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), criada em 2013 ainda na gestão da ex-presidente Dilma Rousseff, mas que até hoje não saiu do papel. Dilma chegou a nomear um presidente e alguns diretores, mas todos foram exonerados assim que Temer assumiu. A continuidade de políticas como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em que o governo compra a produção de agricultores familiares para abastecer escolas e presídios, por exemplo, também consta no documento.

"Temos regionais do antigo MDA que estão sem comando, e elas ajudavam a tocar os programas na ponta, mas o nosso medo é que, em nome dos ajustes fiscais em todo país, os governos estaduais também parem de executar os programas sociais para a agricultura familiar", diz Alberto Brochi, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), um dos movimentos que assinam o documento e participam do seminário. "Por isso, vamos fazer uma articulação no Congresso, acionar os deputados em uma ofensiva parlamentar para voltarmos com o MDA", afirma.

O secretário especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, Ricardo Roseno, lembra que nenhum programa do antigo ministério foi extinto e que a recriação do MDA está descartada neste momento. Roseno acrescentou que o movimento político em torno da volta do ministério teve "pouca importância" e foi liderada por uma base pequena de parlamentares e entidades. "Só não somos ministério em função do nome. O ministro Padilha editou uma portaria que me delega poderes similares ao de ministro, e até a próxima sexta-feira devemos publicar uma portaria com a nova estrutura da secretaria, que mantém na prática as áreas do MDA", afirmou ele.

---

**Índice de alimentos da FAO sobe 2,9% em setembro ante agosto. Fernanda Pressinott. Valor Econômico, 06/10/2016.**

SÃO PAULO - O índice de preços dos alimentos do braço das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) ficou em 170,9 pontos em setembro, 2,9% mais que em agosto e 10% superior ao registrado no mesmo mês do ano passado.

O aumento foi impulsionado pelos preços dos produtos lácteos e açúcares. O primeiro subiu 13,8% em relação à agosto, devido ao aumento nas vendas de manteiga para a União Europeia, onde a produção de leite tem diminuído. O indicador de açúcar aumentou 6,7% na mesma comparação, em consequência da menor produção no Brasil, onde registrou-se um clima desfavorável nas lavouras. Em alta também ficaram os valores médios do azeites vegetais (1,7%), principalmente em razão dos baixos níveis de estoque de óleo de palma nos países exportadores.

O índice de preços da FAO para carnes permaneceu inalterado em relação à agosto. Já o indicador para cereais caiu 2,7% na comparação mensal, novamente como ocorreu nos últimos meses, em função da previsão de grande safra para este ano.

O indicador FAO leva em conta o comércio internacional de uma cesta de produtos. Variações em relação à setembro do ano passado podem ser vistos na tabela abaixo.

---

**Conab prevê nova safra de grãos entre 210,5 e 214,8 milhões de t. Fernanda Pressinott. Valor Econômico, 06/10/2016.**

SÃO PAULO - A produção brasileira de grãos na safra 2016/17 deve crescer entre 13% e 15,3% em relação à passada, para o intervalo entre 210,5 milhões e 214,8 milhões de toneladas, prevê a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em seu primeiro relatório sobre a temporada, oficialmente inicializada em julho.

O crescimento, diz o órgão, é baseado na expectativa de melhor produtividade das culturas, que no ciclo passado sofreram com condições climáticas desfavoráveis. Também há uma expectativa de incremento de área, principalmente para soja, arroz e feijão. “O calendário de

semeadura similar, a disponibilidade de sementes com alto desempenho agrônomico e de pacotes tecnológicos acessíveis são alguns dos fatores técnicos que corroboram para a expansão da área plantada de soja”, diz o texto divulgado hoje.

A área total de plantio de grãos no país deve ficar entre 58,5 milhões e 59,7 milhões de hectares. O crescimento previsto poderá ser de até 2,3% se comparada com a safra 2015/16.

---

### **Garantir terras para indígenas na Amazônia poderia render US\$ 1 trilhão ao Brasil. Fábio de Castro. O Estado de São Paulo, 07/10/2016.**

Estudo realizado por organização americana World Resources Institute (WRI) aponta que áreas florestais indígenas com posse segura têm muito menos desmatamento; assegurá-las traria benefícios ambientais, climáticos e econômicos

Garantir aos indígenas de países da Amazônia a posse de suas terras poderia gerar benefícios econômicos que, só no Brasil, ultrapassariam US\$ 1 trilhão em 20 anos, de acordo com um novo estudo realizado pelo World Resources Institute (WRI), um "think tank" da área ambiental sediado em Washington, nos Estados Unidos.

A pesquisa, divulgada nesta sexta-feira, 7, na capital americana, foi realizada no Brasil, na Colômbia e na Bolívia e revelou que nas áreas indígenas onde a posse da terra é garantida, o desmatamento é consideravelmente reduzido. Entre 2000 e 2012, nessas áreas, a devastação foi 40% menor no Brasil, 50% menor na Colômbia e 35% menor na Bolívia.

No dia 31 de maio de 2014, após 22 anos de espera, povo Yanomami comemora a desocupação da Terra Indígena Ajarani, em Roraima, que havia sido invadida por fazendeiros; segundo estudo, áreas florestais indígenas têm muito menos desmatamento e garantir sua posse pode render mais de US\$ 1 trilhão ao Brasil em 20 anos.

A partir dessa análise comparativa, os autores calcularam o custo-benefício do investimento na proteção de terras indígenas, considerando a economia que seria feita com a redução das emissões de carbono e com a preservação de serviços de conservação do ecossistema como água limpa, retenção do solo, polinização, biodiversidade, controle de inundações e rendimentos das comunidades com turismo e recreação.

De acordo com Juan Carlos Altamirano, economista do WRI que coordenou o estudo, a análise concluiu que proteger a posse das áreas indígenas é um investimento de baixo custo com altíssimo retorno.

O cálculo de custo-benefício mostrou que proteger a posse das áreas indígenas é um investimento baixo com alto retorno. Os benefícios econômicos estimados em um período de 20 anos são: de US\$ 523 bilhões a US\$ 1.1 trilhão para o Brasil, de US\$ 123 bilhões a US\$ 277 bilhões para a Colômbia e de US\$ 54 bilhões a US\$ 119 bilhões para a Bolívia. Os custos chegam ao máximo de 1% dos benefícios totais, segundo o estudo.

"A maior parte desses benefícios econômicos estão relacionados à conservação dos ecossistemas, como controle do clima e da água, polinização e preservação de espécies importantes. Esses benefícios têm imensos impactos nas atividades produtivas - que são muito mais onerosas sem os serviços fornecidos pelos ecossistemas", disse Altamirano ao Estado.

De acordo com ele, embora os valores estimados pareçam altos, é possível que eles estejam até mesmo subestimados. Os pesquisadores identificaram três tipos de vantagens com a proteção das áreas florestais indígenas: benefícios sociais para as comunidades locais - como criação de empregos e aprimoramento da assistência médica e educação -, benefícios para as ações coletivas - como solução de conflitos nas comunidades - e benefícios para ecossistemas.

"Só consideramos os benefícios ao ecossistema, porque os benefícios coletivos e sociais são difíceis de quantificar. Ainda assim, quando somamos as vantagens econômicas da captura de carbono que seria proporcionada à disponibilidade de água, polinização e outros serviços ecossistêmicos que reduziriam custos para as atividades produtivas, chegamos a esse valor muito alto", explicou o economista.

Estimativa modesta. De acordo com ele, os valores calculados pelo estudo para os benefícios econômicos em 20 anos foram considerados até baixos por especialistas em mudanças climáticas como Lord Nicholas Stern, presidente do Instituto de Pesquisa Grantham, da London School of Economics.

"Quando lançamos o relatório, Stern opinou que nossa estimativa para os benefícios econômicos parece modesta demais, considerando a magnitude dos impactos do desmatamento na economia mundial", disse Altamirano.

Stern, que foi economista-chefe do Banco Mundial entre 2000 e 2003, afirmou que a proteção de terras indígenas pode ser uma forma sustentável de levar desenvolvimento e crescimento aos países amazônicos - o que é uma exigência para enfrentar o desafio da crise climática.

“Ao buscar o crescimento econômico e a ação para mitigar os efeitos da mudança climática, precisamos reconhecer a o profundo valor de se assegurarem os direitos à posse da terra para aquelas comunidades que melhor protegem nossas florestas”, afirmou Stern.

Segundo Altamirano, o estudo mostra que, além de ser um investimento de baixo custo com altos benefícios econômicos, garantir a propriedade das terras florestais indígenas é também um importante meio para reduzir as emissões de carbono e ajudar os governos a atingirem seus objetivos climáticos em suas Contribuições Determinadas Nacionalmente (INDC).

"Se o Brasil garantir os direitos de todas as suas comunidades indígenas à terra, quase 32 milhões de toneladas de carbono seriam captadas por ano. Seria como tirar de circulação 8 milhões de automóveis anualmente", afirmou Altamirano.

Recomendações. O relatório faz três recomendações aos governos do Brasil, da Bolívia e da Colômbia, segundo o economista. Em primeiro lugar, é preciso fazer esforços para garantir os direitos florestais das comunidades indígenas. Além disso, é preciso pensar nessas áreas como o foco central para os esforços de mitigação das mudanças climáticas. E, por fim, a garantia da posse de terra pelos indígenas deve receber fundos da comunidade internacional de investidores, governos, agências e bancos de desenvolvimento.

"É preciso que os indígenas possam manter seus direitos de propriedade. É preocupante que o relatório também tenha identificado as políticas desses governos como uma ameaça aos direitos dos indígenas, ao abrir suas terras para mineradoras, empresas de energia ou agricultura de larga escala", disse Altamirano.

Segundo o economista, para reverter esse quadro, é preciso que os especialistas convençam os governos e o setor produtivo de que a preservação dos direitos indígenas - e conseqüentemente a preservação da floresta - não traz benefícios apenas para índios e comunidades locais, mas para todos.

"É preciso fazer uma aliança. Se houver uma exploração adequada dos recursos nas áreas indígenas, o governo será o primeiro beneficiado, pois arrecadará mais impostos. O setor privado também se beneficiaria da exploração sustentável desses recursos", explicou.

Ele cita como exemplo desse tipo de aliança uma experiência realizada na Guatemala - e registrada em um estudo -, onde as comunidades em terras indígenas com posse garantida já formaram uma indústria de produção sustentável de madeira.

"Eles exportam madeira para os Estados Unidos e essa é sua principal fonte de renda. Com os recursos, a comunidade constrói hospitais e escolas, evitando que esses custos fiquem integralmente no apertado orçamento do governo. Esses indígenas pagam impostos, geram renda e consomem, produzindo receita para o governo e para o setor privado", explicou.

---

#### **Incra/CE conclui vistoria de área quilombola em Tamboril. INCRA, 07/10/2016.**

A Superintendência Regional do Incra no Ceará disponibiliza para consulta o extrato simplificado do laudo de vistoria e avaliação do imóvel rural "Lote 09 Encantado do Bom Jardim", inserido no perímetro do território quilombola de Encantados do Bom Jardim/Lagoa das Pedras, localizado nos município de Tamboril.

A publicação do extrato na página institucional da regional atende ao disposto no artigo 6º da Norma de Execução Conjunta DT/DFN/Incra nº 03, de 21 de junho de 2010, e ainda aos princípios da publicidade, transparência e economicidade no serviço público.

Os interessados podem consultar o processo administrativo na sede regional do Instituto, em Fortaleza, localizada na avenida Américo Barreira, 4700 - Bairro Bela Vista. Mais informações pelo telefone (85) 3299-1331.

---

#### **Superintendência do Incra e Fazenda Nacional/RJ debatem adjudicação de terras. INCRA, 07/10/2016.**



O superintendente substituto do Incra no estado do Rio de Janeiro, Newson Monteiro, reuniu-se na terça-feira (4) com o procurador regional da Fazenda Nacional no Rio de Janeiro, Vinicius Brandão de Queiroz, para discutir estratégias com o objetivo de agilizar as ações de adjudicação de terras em áreas passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária. A reunião ocorreu na sede regional do Instituto na capital fluminense.

A primeira adjudicação ocorrida no Incra/RJ aconteceu em 2000 na antiga Usina Cambahyba, em Campos dos Goytacazes. Em 2012 as ações de adjudicações de imóveis de grandes devedores foram retomadas. Segunda a Procuradoria Federal Especializada junto ao Incra/RJ, existem atualmente 30 processos de adjudicação em andamento na regional. Onze foram encaminhados para a Procuradoria Federal de Campos.

Conforme dados do Incra, o município de Campos dos Goytacazes lidera o ranking de acampamentos no estado do Rio de Janeiro com aproximadamente 400 famílias vivendo em 10 acampamentos. No momento, 303 famílias moram em sete acampamentos em áreas passíveis de adjudicação. No cálculo do valor do imóvel passível de adjudicação é considerado o valor extraído do Relatório de Análise de Mercado de Terras do Leste Fluminense.

### **Reunião**

No encontro ficou definido que o Incra/RJ deve informar a Procuradoria Regional da Fazenda, por meio de um relatório, quais os imóveis são passíveis de desapropriação e quais estão penhorados. Com base nessas informações a Procuradoria adotará as ações necessárias. As duas partes também estabeleceram um protocolo de fluxo de informações entre os dois órgãos com objetivo de agilizar os processos.

### **Adjudicação de terras**

É um ato judicial utilizado para declarar a transferência de imóveis rurais de grandes devedores da União. O ato assegura a execução fiscal do imóvel rural em favor da reforma agrária.

---

## **Incra adquire fazenda para assentar famílias atingidas por barragens em Goiás. INCRA, 07/10/2016.**

O Incra foi escriturado na posse da fazenda Água Forra, no município de Niquelândia (norte goiano, a 300 quilômetros da capital), no último dia 05. O imóvel, de 1,3 mil hectares, vai abrigar o primeiro assentamento de famílias atingidas por barragens criado pelo Incra em Goiás (Incra/GO).

A escritura de compra e venda foi registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Niquelândia. A aquisição da fazenda foi concluída após o depósito de R\$ 1.037.652,50 para o pagamento das benfeitorias, e após o lançamento dos Títulos da Dívida Agrária (TDAs) no valor de R\$ 7.453.109,01, pela terra nua.

Adquirido ao custo de R\$ 8,4 milhões, o imóvel tem capacidade para o assentamento de 61 famílias, em lotes de 13 ou 17 hectares. Os futuros assentados são moradores da região, desalojados durante a formação do lago da Usina de Serra da Mesa. Eles poderão entrar na terra tão logo o antigo proprietário conclua a retirada do gado e pertences, conforme acordado com o Incra.

### **Proximidade**

A fazenda Água Forra fica a 20 quilômetros do município de Uruaçu, a 60 quilômetros de Niquelândia e a pouco mais de um quilômetro da rodovia que liga os dois municípios, a GO-237.

Segundo estudo dos peritos federais agrários do Incra/GO, o local favorece o desenvolvimento da piscicultura, devido à proximidade com o lago da Usina de Serra da Mesa (cerca de 10 quilômetros). Também são fatores positivos a cultura do consumo de peixes nos municípios da região e a existência de cooperativas e associações de produtores. Soma-se a isso a facilidade de escoamento da produção, graças à localização da fazenda.

Os trabalhadores rurais assentados poderão investir, também, na produção de mel, com a possibilidade de obter de duas a quatro colheitas anuais; em farinha e fecularia de mandioca; na criação de frango caipira para venda de carne e ovos; na bovinocultura de carne e leite, além do plantio de milho, soja, arroz de 'sequeiro' e sorgo.

## **Estrutura**

A fazenda que será entregue às famílias conta com cercas, pastagens, duas casas de funcionários e a sede, paiol, cozinha caipira, currais, energia elétrica (na sede), galpões para máquinas e depósito, represas e poço artesiano.

Servido por dois córregos, o local tem ainda cinco represas e quatro nascentes. O abastecimento da sede é feito por cisterna e represa.

## **Negociação**

O Incra e o proprietário iniciaram a negociação pelo imóvel no segundo semestre de 2014. Um laudo de vistoria e avaliação publicado em janeiro de 2015 confirmou que a fazenda era produtiva e viável para a implantação de assentamento.

A compra do imóvel foi aprovada pela população em abril do ano seguinte, durante audiência pública realizada pelo Incra na Câmara Municipal de Niquelândia.

A escrituração encerra o processo de aquisição. O passo seguinte é a criação, por meio de portaria, do assentamento que será implantado no local.

Após a criação, as famílias inicialmente ficarão em uma área comum, até que o Incra realize o sorteio do lote que caberá a cada uma delas. Enquanto não estiverem em seus lotes definitivos, o Incra repassará créditos para viabilizar uma produção de subsistência.

O instrumento da compra e venda é utilizado pelo Incra nos casos em que a vistoria indica que o imóvel é produtivo. É consensual e regido pelo Decreto 433/92. A dinâmica da avaliação e do pagamento pela terra segue o mesmo princípio dos casos de desapropriação.

---

**CONTAG e ABRA reúnem-se para definir estratégias políticas. Site da CONTAG, 07/10/2016**

A reforma agrária foi o principal tema em debate durante reunião realizada na manhã desta sexta-feira (07), na sede da CONTAG, entre a Diretoria da Confederação e da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA).

Segundo informações do presidente da CONTAG, Alberto Broch, o objetivo da reunião foi discutir questões relacionadas à reforma agrária, as dificuldades encontradas pelos movimentos sociais do campo que lutam pela terra com a atual conjuntura e criminalização das organizações, a questão da estrangeirização das terras e a definição de estratégias políticas para avançar na reforma agrária e no desenvolvimento dos assentamentos. “A reunião foi bem positiva e produtiva e chegamos à conclusão que precisamos nos reunir mais para avançarmos nessa luta, com unidade e de forma articulada”, avaliou o presidente Broch.

---

### **Temer vai esvaziar atuação do MST em reforma agrária. Carla Araújo – Jornal O Estado de São Paulo. 08/10/2016**

O presidente Michel Temer prepara o lançamento de um programa de reforma agrária que vai interromper a distribuição de terras no País e esvaziar a atuação de movimentos sociais ligados ao PT na política fundiária. A proposta consiste em acelerar a emissão de títulos de domínio das propriedades e transferir às prefeituras a função de identificar assentados aptos a recebê-los.

A medida limita o poder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A organização seleciona as famílias a serem beneficiadas com lotes em novos assentamentos e também aponta aquelas que serão contempladas com o título de domínio. De posse do documento, assentados podem ter acesso a recursos do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) ou vender a propriedade.

O programa deve ser lançado no dia 22 deste mês, em Mato Grosso, logo após o presidente voltar de viagem internacional pela Ásia. A meta de Temer é entregar 753.933 títulos até 2018. Segundo levantamento do atual governo, na gestão Fernando Henrique Cardoso foram expedidos 62.196 documentos entre 2000 e 2002. Em 13 anos de administrações petistas (Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff), foram 22.729 títulos entregues a assentados.

A estratégia do governo Temer é imprimir uma nova marca no programa de reforma agrária, diferentemente do que fez com o Bolsa Família, em que manteve o modelo criado pelo ex-presidente Lula.

Em meio ao ajuste fiscal, o Planalto, ao interromper a criação de novos assentamentos, justifica que a distribuição de terra realizada até agora precisa ser reorganizada e regularizada. Com isso, o governo pretende corrigir distorções apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que identificou até casos de servidores públicos beneficiados com lotes.

Reações. O modelo, porém, já provoca reação contrária de movimentos sociais. Militantes alegam que a concessão dos títulos de domínio das propriedades pode provocar uma nova concentração de terras, o que enfraqueceria os assentamentos já existentes. A reforma agrária dos governos anteriores tinha como principal objetivo distribuir terras, não priorizando a concessão dos títulos.

Para Alexandre Conceição, da coordenação nacional do MST, o governo Temer segue uma pauta de privatização das terras. “Isso não é plano de reforma agrária, é plano de retrocesso à reforma agrária”, disse. Ele também afirmou não ver problema no método como o cadastro das famílias para a distribuição de terras foi realizado até hoje. “O problema é não querer fazer novas desapropriações.”

Patrus Ananias, ex-ministro do Desenvolvimento Agrário de Dilma, diz que Temer está fazendo uma “operação de desmonte”, para atingir políticas sociais implementadas pelo PT. Apesar do argumento do ex-ministro, Dilma foi duramente criticada pelos movimentos sociais por ter diminuído o ritmo da reforma agrária no País. No ano passado, dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) mostraram que o ritmo de famílias assentadas pela ex-presidente foi o pior em 20 anos.

A pesquisadora Mirian Cláudia Simonetti destaca que o MST cumpre um papel importante dentro do Incra. “O MST organiza os assentamentos, as ocupações. Esse diálogo deve ser preservado”, disse a professora do Centro de Pesquisa de e Estudos Agrários e Ambientais da Unesp, em Marília (SP), ressaltando que há mais de 100 grupos de interesse em política agrária, não somente o MST, atuantes na defesa do direito à terra.

Mudança. O programa é a segunda mudança de impacto no setor agrário a ser promovida por Temer. Em maio, ele extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário e transferiu a

administração de cinco setores responsáveis pelas políticas de reforma agrária do governo federal para a Casa Civil, comandada pelo ministro Eliseu Padilha.

---

**Governo garante título de terra a extrativistas. Tinha Oliveira. Site do MMA, 11/10/2016.**

*Ministro Sarney Filho apoia concessão de direito real de uso que, até o final deste ano, beneficiará milhares de famílias no Amazonas.*

Até o final deste ano, comunidades de duas unidades de conservação federais no Amazonas receberão títulos de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU): as florestas nacionais de Humaitá e de Balata Tufarí, na BR-319. Os documentos serão entregues pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). A Concessão alia regularização das terras e apoio ao desenvolvimento local à preservação do patrimônio cultural e ambiental brasileiro.

No início de outubro, mais de duas mil famílias residentes em três unidades de conservação federais e oito estaduais no Amazonas já foram beneficiadas com o título que legitima o uso da terra.

Essa última ação garantiu o direito de acesso aos territórios tradicionais e o uso sustentável da terra pelas famílias residentes nas reservas extrativistas (Resex) Arapixi, em Boca do Acre; Médio Purus, entre os municípios de Lábrea, Pauini e Tapauá; Auati-Paraná, em Fonte Boa, além de Juma, Rio Gregório, Rio Uatumã, Rio Uacari, Rio Madeira, Piaguçu, Canumã e Canutama.

## **VALORIZAÇÃO**

A regularização representa um apoio para a produção extrativista que segue processos totalmente diferenciados daqueles adotados na produção cultivada. “A atividade extrativista mantém a floresta em pé”, destacou o ministro, que busca em seu governo fortalecer o diálogo contínuo com o segmento.

Para a secretária de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Juliana Simões, é importante valorizar a biodiversidade e os extrativistas que fazem uso

da terra como maneira de conservá-la para esta e para as próximas gerações. “As pessoas só protegem aquilo que elas conhecem, usam e dão valor. Queremos combinar melhoria da qualidade de vida com melhoria de conservação das áreas”, afirma.

---

### **Estudantes Sem Terra ocupam diretoria do Instituto Federal em Sergipe. Site do MST, 11/10/2016**

Estudantes, filhos de assentados de Reforma Agrária, ocuparam na manhã desta terça-feira (11), a diretoria do Instituto Federal de Sergipe (IFS), no campus São Cristóvão.

O grupo composto por estudantes beneficiados pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Proneira), exige o repasse imediato dos recursos destinados ao projeto que por entraves burocráticos continuam retidos. Eles ocuparam a reitoria e solicitaram uma audiência com o Reitor Prof. Ailton Ribeiro de Oliveira, diretor do Campi Professor Alfredo Franco Cabral e Haroldo Araújo Filho, Superintendente Regional do INCRA para tratar da pauta.

Os estudantes também demonstram indignação com esse cenário de descaso, de instabilidade e desvalorização da política agrária pelo governo federal, com a redução drástica dos valores previstos para áreas fundamentais da política, inclusive o PRONERA.

“A princípio quando houve a construção do projeto do curso foi tudo uma maravilha, com discursos muito inspiradores, com comprometimento firmado pelos órgãos parceiros, agora estamos passando por dificuldades de recebimento de recursos, transportes e entrega dos materiais didáticos já licitados”, afirma o estudante Italo Aleixo.

O Curso Agroecologia iniciou em novembro de 2015 com a participação de jovens e adultos assentados da reforma agrária. Desde então, os estudantes que compõe a turma “Egídio Brunetto” passam por várias dificuldades, entre elas a liberação de recursos do programa para execução das aulas.

Diante das dificuldades de entendimento e operacionalização desta política pública na execução do curso superior em Agroecologia, uma parceria do IFS/INCRA/PRONERA,

os estudantes preocupados com as diversas dificuldades enfrentadas desde o início da primeira etapa do curso em novembro/dezembro de 2016, ocuparam a reitoria.

---

**Mulheres quilombolas pedem mais recursos para desapropriação de terras. Camila Boehm e Eliane Gonçalves. Site do MST, 12/10/2016**

Mulheres quilombolas cobram aumento de recursos federais destinados aos processos de desapropriação de terras para essas comunidades. Segundo o dossiê A Situação dos Direitos Humanos das Mulheres Negras no Brasil, apresentado pelas organizações não governamentais Geledés e Criola à Organização dos Estados Americanos (OEA), os valores previstos para 2016 somam R\$ 5 milhões. O montante é 80% inferior ao investimento de 2015 (R\$ 25 milhões).

O documento também trata de violações contra as mulheres quilombolas. No dia 30 de setembro, mulheres negras que sofreram diversos tipos de violência relataram, durante audiência pública na capital paulista, casos dos quais foram vítimas à relatora de Direitos de Afrodescendentes e Mulheres da OEA, Margarete Macaulay, que veio ao Brasil conhecer de perto a realidade apresentada no dossiê.

A jovem Isabela da Cruz, de 26 anos, que cresceu na comunidade quilombola Invernada Paiol de Telha, no município Reserva do Iguaçu, estado do Paraná (PR), tem a vida marcada pela disputa de terra. “Eu falo a partir da luta pela titulação dos territórios quilombolas, que, depois de todo esse tempo, ainda não estão regularizados. Para mim, isso é racismo institucional”, disse Isabela.

Para ela, há morosidade do Estado na regularização das terras, e a população negra está sujeita à invisibilidade por parte do Poder Público e da sociedade. “As mulheres quilombolas padecem da invisibilidade que lhe nega o direito de existir e todos os direitos fundamentais decorrentes disso. Ainda hoje precisamos explicar nas escolas e para as pessoas com as quais vamos dialogar sobre os nossos direitos, o que é uma comunidade quilombola.”

Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a previsão de orçamento para regularização de territórios quilombolas para 2017 é de R\$



4 milhões, sendo R\$ 500 mil para pesquisas e R\$ 3,5 milhões para desapropriações. “Dá para dizer, sim, que a gente vai ter uma baixa na nossa capacidade operacional para titulação e mediação de conflitos”, disse a representante do Incra Isabelle Picelli.

Isabelle Picelli explicou que, diante da queda no orçamento, o Incra estabelece prioridades para destinar os recursos. “Em geral, usamos esses critérios: comunidade em conflito, comunidade com alto grau de vulnerabilidade social, recomendação do Ministério Público. Vamos usar esses critérios para conseguir priorizar no ano que vem”, disse.

De acordo com o dossiê, em 2014, foram registrados 76 conflitos de terras envolvendo 6.144 famílias quilombolas. Os dados foram coletados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Do lado oposto aos quilombolas estão principalmente empresários, mineradoras, madeireiros, além de grileiros e fazendeiros.

Segundo Isabela da Cruz, por causa da violência, muitos moradores de comunidades quilombolas são obrigados a deixar as terras em que vivem “Eu nasci na cidade. Por conta de toda violência que a minha comunidade sofreu, a tentativa de expulsão do nosso território, meus parentes, todo mundo fugiu, ficou com medo de ser morto pela polícia local, pelos fazendeiros locais, então era escolher: ou saía dali com vida ou sem vida. Aí, meu avô foi morar na cidade, e eu nasci na cidade e com 9 anos eu fui morar no quilombo”, contou Isabela.

A jovem destacou a forte relação entre as comunidades e os quilombos. “O que eu posso dizer é que foi no quilombo que eu aprendi a ser gente. O respeito, a forma de se relacionar, a forma de tratar o outro – e quando eu falo o outro, eu falo a árvore, eu falo a planta, a terra, o bicho, a criação, é de tudo um pouco. Se você não souber respeitar as leis naturais do quilombo, você não colhe, você não planta, você não tem água potável, você não tem nada”, disse a jovem sobre a sobrevivência na comunidade quilombola Paiol de Telha.

Como outras mais de 1,5 mil comunidades, que estão em processo de regularização pelo Incra, o Quilombo Paiol de Telha, que tem mais de 200 anos, ainda não foi demarcado.

Isabela lamenta as consequências do agronegócio nas terras da sua comunidade. “A gente se sente ameaçado pelo agronegócio até quando vamos beber água do poço e esse poço está envenenado com agrotóxico que eles passam nas plantas. Eles não tem o

menor respeito pelas crianças, as crianças estão todas com a pele machucada por conta da água que bebem e em que se banham, não conseguimos fazer algumas plantas porque o veneno vem e mata tudo”, disse.

Outro problema enfrentado pelas mulheres quilombolas é a violência. “Sabemos que as mulheres nas comunidades são vítimas de violência tanto sexual quanto violência física, mas também são vítimas de violência psicológica e da invisibilidade social que o racismo traz”, ressaltou Isabela.

O dossiê traz a realidade de violência sexual contra meninas quilombolas. “Meninas descendentes de escravos nascidas em comunidades kalungas da Chapada dos Veadeiros protagonizam as mesmas histórias de horror e barbárie dos antepassados, levados à força para trabalhar nas fazendas da região nos séculos 18 e 19. Sem o ensino médio e sem qualquer possibilidade de emprego além do trabalho braçal em terras improdutivas nos povoados onde nasceram, elas são entregues pelos pais a moradores do município de Cavalcante”, diz o documento.

A cidade tem 10 mil habitantes e fica no nordeste do estado de Goiás. Segundo a denúncia, a maioria dessas meninas trabalha como empregada doméstica em casas de família de classe média e, em troca, ganha apenas comida, um lugar para dormir e horário livre para frequentar as aulas na rede pública.

“Para piorar, fica exposta a todo tipo de violência. A mais grave, o estupro, é geralmente cometido pelos patrões, homens brancos e com poder econômico e político. As vítimas têm entre 10 e 14 anos. Os autores, de profissionais liberais a políticos, de 20 a 70 anos. Por enquanto, eles continuam impunes”, conclui o dossiê.

Segundo o Incra, a demora na regularização dos territórios quilombolas se dá devido ao longo processo que deve ser cumprido conforme a legislação. “Ele [processo] tem uma fase de identificação do quilombo, que envolve estudos técnicos e científicos, principalmente do ponto de vista histórico e antropológico. Tem uma fase de contestação ao trabalho científico produzido, quer dizer, os afetados [proprietários da terra] têm duas instâncias para contestar, isso segue aquela orientação de ter o duplo grau de jurisdição”, explicou Isabelle Picelli.

Segundo ela, há ainda uma fase em que é necessária a ação da Presidência da República para desapropriar as terras e, então, os imóveis são avaliados para que o Incra ajuíze

ações. “Se em um quilombo tiver 30 imóveis, temos que fazer 30 ações de desapropriação com ações judiciais, portanto é o tempo do Judiciário para dar resposta. A fase final do processo de titulação depende da Justiça”, disse.

---

**MS: Combate à Violência no Campo realiza reunião em Campo Grande e Dourados. INCRA, 13/10/2016.**

Dirigentes de movimentos dos trabalhadores rurais de Mato Grosso do Sul, o ouvidor agrário nacional, Dr. Gersino José da Silva, além do delegado da Polícia federal em Brasília, Marcelo Alexandre de Oliveira, estiveram reunidos hoje (14), no auditorio da Superintendência Regional do Incra em Mato Grosso do Sul (SR-16 - Incra/MS) , para a realização da 1.129ª Reunião do Conselho Nacional de Combate a Violência no Campo. Durante o encontro que ocupou todo o dia, foram apresentados vários problemas pelos líderes de movimentos rurais, e conforme Gersino, “todas as questões serão apresentadas a direção nacional do Incra, para serem solucionadas”.

O presidente da Federação dos Trabalhadores Assalariados Rurais (Fettar-MS), por exemplo, disse que “no Estado existem 21 mil famílias acampadas na luta pela terra, sendo que muitas delas se encontram cadastradas há mais de dez anos”. Em seguida ressaltou a necessidade urgente da “retomada do Programa Nacional de Habitação Rural, pois milhares de famílias, não foram contempladas até agora”. Também reclamou sobre a falta dos créditos de apoio e do Pronaf, ressaltando que desde 2008 não receberam nenhum crédito.

De um modo geral, representantes do Movimento dos Sem-Terra Brasileiro, Liga Camponesa, Com Lutas, Central Única dos Trabalhadores, Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, Central de Trabalhadores Brasileiros, Federação dos Trabalhadores na Agricultura e outros, elaboraram uma pauta com oito itens para solução imediata, alegando ser os de maior necessidade. Ocorreram várias queixas, sobre a violência, entre elas a perseguição dos sem-terra acampados nas proximidades de fazendas ou nas margens de rodovias que atravessam o MS.

“Estão queimando nossos barracos nos acampamentos, estamos sofrendo agressões físicas e morais. Como se isso não bastasse, também estamos sendo notificados a deixar as estradas e se a pressão nesse sentido continuar, somos obrigados a invadir os latifúndios. Somos encarados como vagabundos situações que nos leva a apelar sempre para as autoridades ligadas a reforma agrária”, afirmou Valdimir de Oliveira.

### **Dourados**

Para o ouvidor nacional, “a reunião acontece exatamente para levantar problemas dessa ordem e procurar a melhor solução para cada um deles”. Ele explicou que amanhã (sexta-feira 15), os trabalhos da equipe local e de Brasília serão realizados na Justiça Federal de Dourados, às 10h30, com juizes e procuradores federais lotados no MS, para a última rodada do encontro no Estado. Assuntos como a possibilidade da integração de propriedades rurais de grandes devedores do Governo federal, ao Programa Nacional de Reforma Agrária, serão tratados em Dourados.

---

### **Justiça determina despejo de famílias camponesas de Campos Lindos (TO). Site da CPT, 17/10/2016.**

"Mais de 40 famílias camponesas da região da Serra do Centro, no município de Campos Lindos, nordeste do Tocantins, serão despejadas de suas terras nesta terça-feira (18). A decisão que favorece a Associação de Plantadores do Alto do Tocantins (Associação Planalto), representante de grandes produtores de soja, foi proferida pelo juiz Luatom Bezerra, da Comarca de Goiatins". Nota da CPT Araguaia Tocantins e CNBB Regional Norte 3 denuncia despejo iminente em Campos Lindos (TO).

As famílias, compostas por pequenos agricultores e agricultoras, vivem na região há mais de 15 anos plantando suas roças e criando animais como porco, gado e galinha. Fiel à sua missão de ser presença fraterna junto às comunidades do campo em luta pelo respeito de seus históricos direitos, a Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins (CPT) denuncia o iminente desastre social que essa reintegração irá causar na vida de centenas de pessoas.

O despejo não prevê, por exemplo, para onde serão realojados adultos, idosos, jovens e crianças – bem como seus pertences e animais. Durante reunião de planejamento para o cumprimento do mandado, oficiais de justiça e Polícia Militar (PM), responsáveis pela condução da operação, não souberam informar para onde serão levadas as famílias – fato que contraria a diretriz da Ouvidoria Agrária Nacional (OAN) em casos de reintegração de posse. A decisão do juiz Luatom Bezerra também não apresenta preocupação sobre o acolhimento das pessoas afetadas. Serão jogadas à própria sorte.

### **Conflitos e problemas ambientais**

O Projeto Agrícola Campos Lindos foi criado em maio de 1997 por José Wilson Siqueira Campos, então governador do Tocantins, por meio do decreto 438/97. Em uma reforma agrária “às avessas” que consumou uma grilagem pública de terras, o estado desapropriou por improdutividade a antiga fazenda Santa Catarina – já titulada de forma controversa –, e distribuiu os mais de 90 mil hectares a fazendeiros, empresários e políticos, muitos deles bem conhecidos: a senadora Kátia Abreu e o ex-ministro da Agricultura de Itamar Franco, Dejandir Dalpasquale, estão entre os beneficiários que pagaram apenas 10 reais por hectare.

A implantação do projeto desconsiderou a existência de cerca de 160 famílias camponesas que, de forma comunitária, ocupavam o local havia mais de seis décadas com produção diversificada, criando o gado solto e aproveitando o que o Cerrado oferecia. Suas áreas acabaram convertidas em reserva legal do projeto. Depois de muita pressão, aproximadamente 70 delas tiveram seus títulos concedidos, mas boa parte ainda ficou sem reconhecimento legal de suas posses. Diariamente, convivem com a contaminação provocada pelo uso intensivo de agrotóxicos nas lavouras de soja.

Além dos conflitos relacionados à posse da terra, o projeto apresenta diversos problemas ambientais. Ele começou a funcionar sem apresentar o EIA/Rima e sem Licença Prévia do Naturatins (órgão estadual de licenciamento ambiental). Em 2000, o Ibama constatou diversas irregularidades, como desmatamento de grandes áreas sem autorização, inclusive de áreas de preservação permanente (APPs) na beira dos cursos d’água. O Ministério Público Federal entrou com ação civil pública contra o projeto, e Naturatins e Ibama impuseram condicionantes para o seu funcionamento. Em 2009, o

Naturatins fez nova inspeção e confirmou a sobreposição de áreas de reserva legal com APPs. Ainda assim, o projeto nunca teve suas atividades embargadas.

Em fevereiro de 2013, em audiência pública realizada em Campos Lindos sobre a situação das famílias de posseiros e sobre os problemas ambientais, o Naturatins reconheceu que o projeto continua a funcionar sem licenciamento. A Defensoria Pública do Tocantins afirmou seu compromisso em atuar junto aos posseiros. Nesta ocasião, o Ministério Público Federal designou um antropólogo para produzir um laudo a respeito das comunidades.

### **Trabalho escravo**

Foi em uma fazenda do projeto que se deu o primeiro resgate de trabalho escravo do estado do Tocantins. Entre 2003 e 2013, foram identificados oito casos em Campos Lindos, seis deles em atividades ligadas à soja. Apenas três foram fiscalizados, com o resgate de 29 trabalhadores. A cidade de Campos Lindos tem uma população de 9,6 mil pessoas e é dona de um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano de todo o Brasil, com 0,544, segundo dados de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A situação vivenciada pelas famílias impactadas pela soja torna seus filhos extremamente vulneráveis ao trabalho escravo.

### **Conivência do Estado**

Diante do histórico de omissão e injustiça contra as famílias camponesas de Campos Lindos, a Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins e o Regional Norte 3 do Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) denunciam e responsabilizam o Estado do Tocantins por sua direta participação enquanto promotor e incentivador deste Projeto que gera violência e empobrecimento das comunidades da região. Teme-se pelo agravamento dos conflitos agrários, sobretudo porque este cenário coloca em risco a integridade de famílias camponesas que sobrevivem unicamente da agricultura de subsistência.

A CPT e o Regional Norte 3 da CNBB exigem que os governos Estadual e Federal garantam os direitos das famílias que, há anos, vivem constantemente sob pressão, na incerteza de como será o dia de amanhã.

"Porventura, não te basta nos ter tirado de uma terra onde manam leite e mel para nos fazer morrer neste deserto?" Nm. 16:13

Dom Philip Dickmans - Presidente do Regional Norte 3 da CNBB

Edmundo Rodrigues Costa Comissão Pastoral da Terra Araguaia/Tocantins Araguaína (TO)

14 de outubro de 2016.

---

**RS: Indígenas recebem cestas com alimentos da agricultura familiar. Site da CONAB, 17/10/2016.**

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio da Superintendência Regional do Rio Grande do Sul, iniciou nesta segunda-feira (17) a distribuição de cestas de alimentos a 4,7 mil famílias indígenas em situação de insegurança alimentar no estado. A ação é uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social.

Cada cesta contém dez quilos de arroz, três quilos de farinha de milho, dois quilos de farinha de trigo, três quilos de feijão, um quilo de leite em pó e um quilo de açúcar, totalizando 20 kg de alimentos. Os produtos, da agricultura familiar, foram comprados por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com investimento de R\$ 327,9 mil.

A ação beneficia 72 famílias de pequenos produtores vinculados às seguintes cooperativas: Cooperativa dos Trabalhadores Assentados na Região de Porto Alegre (Cootap), Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma LTDA (Camnpal), Cooperativa Triticola Santa Rosa Ltda (Cotrirosa), Cooperativa Central Gaúcha Ltda (CCGL), Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (Coomafitt) e Cooperativa Regional Auriverde.

---

## **Porto Alegre ganha mais um espaço para vendas de produtos da reforma agrária. INCRA, 19/10/2016.**

Assentados da região metropolitana de Porto Alegre (RS) iniciaram, nesta terça-feira (18), a comercialização de produtos da reforma agrária em um novo ponto, localizado no bairro Passo da Areia. A Feira de Orgânicos e Coloniais foi inaugurada em um dos maiores shoppings da capital gaúcha e conta com a participação de outros seis empreendimentos.

Pelo menos 10 bancas disponibilizam hortifrutigranjeiros, cereais, sucos, comidas integrais e flores. Quatro estandes são utilizados por agricultores dos assentamentos Capela, Itapuí, Sino e Santa Rita de Cássia II – todos situados no município de Nova Santa Rita (a 25 quilômetros de Porto Alegre).

Eles vendem arroz, hortaliças, verduras e frutas da época – produzidas sem o uso de agrotóxicos -, e ainda panificados, sucos, geleias e conservas. De acordo com Arnaldo Soares Borges, do assentamento Santa Rita de Cássia, a expectativa é “abrir mercado” para os itens processados na unidade de beneficiamento de vegetais (com previsão para entrar em funcionamento completo até novembro).

Para a inauguração, as famílias trouxeram 30 caixas de produtos – 15 tipos de verduras. Os preços variam de R\$ 2 (temperos) a R\$ 5 (couve-flor e repolho). A maior procura foi pelos morangos orgânicos. “É um espaço importante, com grande circulação de pessoas, para mostrar a diversidade da produção orgânica nos assentamentos. Além de fortalecer as relações comerciais e de renda, divulga o trabalho dos assentados”, avalia Sandra Rodrigues, da Cooperativa de Trabalho em Serviços Técnicos (Coptec), entidade contratada pela Superintendência Regional do Incra/RS para prestar assistência técnica às famílias.

### **Tendências**

A feira ocorrerá todas as terças-feiras, das 10 às 16 horas, ao lado do Acesso D – estacionamento externo do shopping Iguatemi (rua Antonio Carlos Berta). A intenção é oferecer aos consumidores a opção de alimentos direto do campo.



A gerente de marketing do shopping, Márcia Ferla Faccioni, explica que a feira surgiu de pesquisas sistemáticas com os clientes e a partir da observação de tendências. “Identificamos que as pessoas estão buscando muito este tipo de produto natural e saudável. Então, no conceito amplo de shopping como um lugar de experiências, onde o público possa resolver seus problemas, procuramos os produtores para oferecer mais esse serviço”, disse.

Segundo Márcia, a iniciativa foi construída em parceria com os agricultores. “Realizamos diversas reuniões com eles para entender o processo. Cedemos o espaço e eles entram com o conhecimento e seus produtos”, acrescenta a gerente. O local foi concedido aos feirantes de forma gratuita, assim como o uniforme e as faixas de divulgação.

### **Consolidação**

A venda direta ao consumidor vem se fortalecendo, nos últimos anos, com uma das principais vias de escoamento da produção dos assentamentos próximos a Porto Alegre. Em torno de 200 famílias assentadas participam de cerca de 20 feiras semanais em toda a região metropolitana.

Conforme o coordenador do grupo gestor de hortas e frutas, Marcos Vanderlei dos Santos, cada família atinge um faturamento mensal médio de R\$ 3,5 mil com o comércio em feiras. Também fornecem a programas institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O grupo gestor é formado por 398 famílias assentadas nos municípios de Viamão, Nova Santa Rita, Capela de Santana, Taquari, Eldorado do Sul, São Jerônimo, Charqueadas e Encruzilhada do Sul. Elas se dedicam à produção orgânica de hortaliças, verduras, legumes, frutas e arroz, entre outras culturas.

---

**Programa de Educação na Reforma Agrária instala Colegiado Estadual no RS.  
INCRA, 19/10/2016.**

Em reunião com a participação de representantes de sete instituições parceiras e de movimentos sociais, foi instalado nesta quarta-feira (19) o Colegiado Estadual do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) no Rio Grande do Sul. A instância, prevista no Manual do Pronera, tem caráter consultivo, contribuindo para a divulgação, o acompanhamento, a fiscalização e a implementação de cursos voltados ao público do campo, incluindo assentados, acampados, quilombolas, beneficiários do crédito fundiário, entre outros.

"O Rio Grande do Sul sempre teve uma atuação destacada no Pronera. São quase três milhões investidos anualmente. A ideia é que a gente possa avançar, focar ainda mais em cursos que possam contribuir para o desenvolvimento dos assentamentos e dos públicos atendidos pelo programa", explicou o superintendente regional do Incra no RS, Roberto Ramos. Por isso, a constituição do Colegiado reúne tanto parceiros antigos, como o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra), como representantes do poder público de municípios com grande número de assentamentos - caso da Secretaria Municipal de Educação de Santana do Livramento.

### **Panorama**

A equipe do Pronera no RS apresentou um quadro atualizado do programa: no momento, o estado conta com sete turmas de cursos de nível superior e sete de nível médio, totalizando 600 estudantes. Para o colegiado, foi enfatizada a origem e marca do Pronera: fruto da demanda dos movimentos sociais, o programa conta com participação social permanente - os cursos são criados em função das necessidades apresentadas e formalizadas pelo público beneficiário. Um dos papéis a ser desempenhado pelo Colegiado Estadual é trazer ao Incra e respaldar estas demandas.

Para Vanderlei de Souza, que integra a coordenação das turmas de Medicina Veterinária do Pronera na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), o Colegiado será importante pelo diálogo. "É mais um instrumento de debate para pautar os órgãos competentes e propor mecanismos para viabilizar os cursos". Ele lembra que o Pronera tem um papel importante para as comunidades rurais. "É fundamental para instrumentalizar a juventude para permanecer no campo", avalia.

Representando o Instituto de Pesquisa e Educação do Campo (IPECampo), Levino Paludo enxerga no Colegiado a possibilidade de maior articulação. "Estamos formando

hoje uma rede, para trocar experiências, respaldar demandas, beneficiar aqueles que mais precisam", argumenta.

Além da instalação e de uma primeira apresentação, a reunião tratou de encaminhamentos práticos sobre o funcionamento do Colegiado Estadual, que deve ter um regimento interno debatido. Criado formalmente em setembro, por meio de portaria, o órgão conta com a participação de 17 representantes de nove instituições, incluindo o Incra.

---

### **Incra recebe pauta de movimentos sociais e debate atendimento. INCRA, 19/10/2016.**

Representantes da direção nacional do Incra e de superintendências regionais da autarquia reuniram-se, nesta quarta-feira (19), em Brasília (DF), com integrantes da Frente Nacional de Lutas no Campo e na Cidade (FNL) e da Confederação dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais do Brasil (Conafer). Na oportunidade, o Instituto recebeu pautas e iniciou debate sobre o atendimento das reivindicações.

Os integrantes dos movimentos sociais do campo de Alagoas, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, São Paulo e Sergipe presentes na reunião demandaram a distribuição de cestas básicas e lonas, assim como o assentamento de famílias acampadas nestes estados. Reivindicaram também a prestação de assistência técnica aos agricultores assentados, liberação de créditos para fomentar a produção e investimentos para assegurar o acesso a água potável em assentamentos da reforma agrária.

Diretores e superintendentes regionais do Incra apresentaram documentos que comprovam os encaminhamentos das reivindicações anteriores. O assessor da Presidência do Incra, Jorge Tadeu Jatobá Correia, ressaltou que é necessário tempo para planejamento de ações, técnicos e recursos para atender as demandas apresentadas. Ele destacou ainda que as pautas recebidas durante a reunião serão analisadas pelo Instituto.

---

**Acampamentos em Anapu (PA) são incendiados e famílias perdem quase todos seus pertences. Site do MMA, 20/10/2016.**

No fim da noite de terça- feira (18), trabalhadores e suas famílias dos acampamentos dos lotes 44 e 46 da Gleba Bacajá, em Anapu (PA), acordaram rodeadas de fogo.

Nestes dois acampamentos têm mais de oitenta (80) famílias morando desde 22 de março desse ano. Um carro havia passado na estrada perto das 23h30 rumo a Mata Preta. Na hora que perceberam o fogo, os acampados viram ainda cinco pessoas mascaradas correndo no meio da estrada e colocando mais fogo. Bombas foram arremessadas e tiros disparados contra os barracos. As famílias presentes na hora do ataque calculam que perderam 70% de seus pertences. As famílias ausentes por estarem trabalhando em outros lugares, perderam tudo. Algumas pessoas foram feridas no ataque.

A situação no momento é bastante precária. Dez famílias, vítimas do fogo, continuam no lugar do acampamento, rodeadas dos poucos pertences que conseguiram salvar. Claro que estão tomadas de medo, pois as ameaças de matar as famílias dos acampamentos e as lideranças vêm aumentando, sendo também cada vez mais violentas e numerosas.

As famílias relatam que as ameaças aumentaram e ficaram mais violentas depois da Polícia Militar deixar de fazer seu percurso de proteção pelas áreas em risco: Lotes 44, 46, 68, 69, 71, 73, 75 e 83. Com a ausência da polícia, os fazendeiros ficaram mais presentes, passando devagarinho no meio dos acampamentos, olhando de um lado para o outro, tirando fotos.

---

**Despejo anunciado: no Tocantins, Justiça troca camponeses por sojeiros. Site do MST, 19/10/2016**

A Associação de Plantadores do Alto do Tocantins ganhou do juiz Luatom Bezerra, da comarca de Goiatins (TO), uma decisão favorável ao despejo de 40 famílias

camponesas da região da Serra do Centro, em Campos Lindos, no nordeste do estado. Por essa decisão, sairão do lugar pequenos agricultores – e criadores de porcos, galinhas – para o benefício de produtores de soja. O despejo está previsto para esta terça-feira (18/10).

A Comissão Pastoral da Terra (CPT-Araguaia/Tocantins) – em nota assinada na sexta-feira também por Dom Philip Dickmans, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – fala em um “imminente desastre social que essa reintegração irá causar na vida de centenas de pessoas”.

“O despejo não prevê, por exemplo, para onde serão realojados adultos, idosos, jovens e crianças – bem como seus pertences e animais”, diz a CPT. Oficiais de justiça e Polícia Militar não sabem para onde vão as famílias, “fato que contraria a diretriz da Ouvidoria Agrária Nacional”.

A CPT lembra que o Projeto Agrícola Campos Lindos foi criado em 1997 pelo governador Siqueira Campos (o sobrenome não é coincidência). Segundo a organização, o ato consumou uma grilagem pública de terras, ao desapropriar uma fazenda titulada de forma controversa e distribuir mais de 90 mil hectares para fazendeiros, empresários e políticos.

Um deles foi a senadora Kátia Abreu. Ela e Dejanir Dalpasquale, ministro da Agricultura no governo Itamar Franco, teriam pago apenas R\$ 10 por hectare.

No local viviam 160 famílias camponesas, que viviam ali havia mais de seis décadas, utilizando terras comuns. Somente 70 delas conseguiram títulos. “Diariamente, convivem com a contaminação provocada pelo uso intensivo de agrotóxicos nas lavouras de soja”, informa a nota da Pastoral da Terra.

Ainda segundo a CPT, o projeto começou a funcionar sem Estudo de Impacto Ambiental (EIA/Rima) e sem licença ambiental do Naturatins. O Ibama constatou em 2000 o desmatamento em áreas de preservação permanente. Mas o projeto nunca teve suas atividades embargadas.

Oito casos de trabalho escravo foram flagrados em Campos Lindos, entre 2003 e 2013. Seis deles em atividades ligadas à soja.

A CPT e a regional Norte 3 da CNBB “denunciam e responsabilizam o Estado do Tocantins por sua direta participação enquanto promotor e incentivador” do projeto.

---

### **Inkra cria novo assentamento em Barra de São Miguel/PB. INCRA, 21/10/2016.**

A Superintendência Regional do Incra na Paraíba destinou o imóvel rural Fazenda Poço, no município de Barra de São Miguel, para a instalação de mais um assentamento da reforma agrária. A área - localizada na região do Cariri Oriental, a cerca de 210 quilômetros da capital João Pessoa -, tem aproximadamente 670 hectares e capacidade para instalação de 16 famílias de agricultores.

O novo assentamento – o segundo criado pelo Incra na Paraíba em 2016 –, recebeu o nome de Jorge Aleixo da Cunha, agricultor assassinado em novembro de 2010 nas proximidades da Fazenda Poço, onde estava acampado.

A Portaria que criou o projeto de assentamento Jorge Aleixo da Cunha foi publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira (20). A Fazenda Poço foi declarada de interesse social para fins de reforma agrária pelo Decreto de 26 de dezembro de 2013. A posse do imóvel foi concedida ao Incra pela Justiça em 21 de setembro de 2016.

A Paraíba possui outros 310 assentamentos, onde vivem e produzem cerca de 14,5 mil famílias de agricultores. Com a criação do assentamento Jorge Aleixo da Cunha, o município de Barra de São Miguel terá nove assentamentos sob jurisdição do Incra/PB.

### **Próximos passos**

Com a publicação da portaria de criação do assentamento, o Incra fará a seleção das famílias a serem assentadas e, em parceria com a Prefeitura Municipal de Barra de São Miguel, vai promover ações para a inclusão dos novos assentados no Cadastro Único (CADÚnico) do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) para viabilizar o acesso às políticas municipais, estaduais e federais. A parceria também vai permitir a construção e a recuperação de estradas vicinais.

Caberá ao Incra encaminhar as demandas por energia elétrica e abastecimento de água do assentamento, respectivamente, ao Comitê Estadual Luz para Todos e à Coordenação do Programa Água para Todos. Bem como encaminhar às entidades financiadoras e à Coordenação Nacional do programa Minha Casa Minha Vida a relação das famílias assentadas como demanda prioritária para a construção de moradias.

---

**PFE/Inkra aciona justiça a fim de recuperar posse de terras públicas em Rondônia. INCRA, 21/10/2016.**

A Procuradoria Federal Especializada junto ao Incra (PFE/Inkra) ajuizou ações civis públicas (ACP) para a reintegração de posse de terras públicas federais de elevado interesse social no estado de Rondônia. São áreas com conflitos agrários e homicídios. Os imóveis rurais denominados Fazenda Formosa, Fazenda Paredão, Sítio Alto Alegre, Santa Maria II e Fazenda Riacho Doce são objeto de ações civis públicas ajuizadas neste ano. A atuação conta com o apoio da Advocacia Geral da União (AGU) e do Ministério Público Federal (MPF).

A última ACP, ajuizada dia 19 de setembro, busca a reintegração de posse da área pública intitulada Fazenda Riacho Doce, com área total de 2.581 hectares, pertencente à Gleba Bom Princípio com 379.250 hectares, localizada no município de Seringueiras (RO), tendo sido arrecadada e registrada em nome da União na Comarca de Guajará-Mirim (RO).

A discussão judicial gira em torno da pretensa posse de Sebastião de Peder e seus filhos. O detentor realizou o desmembramento fictício do imóvel em seis lotes visando mascarar a reconcentração de terras - o que é expressamente proibido para áreas afetadas ao Programa de Reforma Agrária - e, por via transversa, busca a regularização dos imóveis.

Tais ações objetivam a defesa de terras públicas federais que foram ocupadas principalmente usando do mecanismo de “grilagem” - seguidas pelas ocupações de terceiros e de graves conflitos sociais.

Segundo o procurador federal Manoel Agostinho, chefe da PFE/Incrá em Rondônia, existe uma nova frente de ação da Procuradoria Especializada do Incra em Porto Velho (RO). “Esta Especializada vem buscando modificar a atuação jurídica do Incra, tornando-a ativa e em prol da Reforma Agrária, com o apoio do MPF e da AGU, a fim de buscar a eficiência na discussão judicial em torno da questão fundiária de Rondônia, mormente em terras da União e do próprio Incra”, considera.

De acordo com a redação das ACPs, não há justificativa para as invasões, uma vez que “os imóveis públicos são imprescritíveis, não podendo ser adquiridos por usucapião, por força do art. 183, § 3º, e 191, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988”. Ressalta, por fim, que se o indivíduo ocupa terra pública de forma irregular, a ocupação não pode ser legitimada com o passar do tempo, pois a ocupação de imóvel público não gera posse, mas mera detenção.

---

### **Incra firma acordo com Estado de Pernambuco para cadastro de imóveis rurais. INCRA, 21/10/2016.**

As superintendências regionais do Incra em Pernambuco assinaram acordo de cooperação técnica com o governo do estado para a operacionalização do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), com o cadastro de imóveis rurais até quatro módulos fiscais oriundos das ações discriminatórias nos municípios pernambucanos. O acordo foi assinado em 7 de outubro e publicado no Diário Oficial da União do último dia 13 entre as duas superintendências regionais do Incra que atuam no estado e o Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco (Iterpe).

A medida busca ampliar o número de propriedades cadastradas ou atualizadas no SNCR para emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), legalizando as áreas e garantindo acesso a crédito e a políticas públicas. Conforme previsto na cooperação técnica, o Iterpe vai apoiar a fiscalização, a inclusão e a atualização das declarações para



o cadastro dos imóveis rurais com até quatro módulos fiscais no SNCR com a devida prestação de informações ao Incra. Já à autarquia federal compete a orientação e a supervisão técnica dos trabalhos por meio de suas duas superintendências regionais que atuam no estado: a SR(03), conhecida como SR-Pernambuco, com sede em Recife, e a SR(29) – Médio São Francisco, com sede em Petrolina.

Os gestores do acordo acreditam que por meio desta atuação conjunta vão ser beneficiados aproximadamente 75 mil agricultores, que terão acesso às políticas públicas voltada à população do campo. Com o CCIR, os agricultores familiares contam com garantia jurídica para acessar crédito por exemplo. O documento emitido pelo Incra é necessário para realização de alterações no registro imobiliário como desmembramento, arrendamento, hipoteca, compra e venda, bem como homologação de partilha amigável ou judicial (sucessão ou causa mortis) de acordo com os parágrafos 1º e 2º, do artigo 22, da Lei n.º 4.947, de 6 de abril de 1966, modificado pelo artigo 1º da Lei n.º 10.267, de 28 de agosto de 2001.

### **Agilidade**

Para o superintendente da regional do Médio São Francisco, em Petrolina, Bruno Medrado, a parceria com o governo do estado vai agilizar a atualização de imóveis rurais no SNCR e permitir que as instituições tenham um mapeamento mais preciso da malha fundiária de Pernambuco: “Os imóveis rurais são obrigatoriamente cadastrados, desde áreas registradas em cartório até a posse por simples ocupação, de uma pessoa que se diz dona de uma área, pois assim teremos dados mais exatos do meio rural”, explica Medrado.

---

### **Incra realiza reuniões com agricultores de assentamentos no Rio de Janeiro. INCRA. 24/10/2016.**

O superintendente regional do Incra no Rio de Janeiro, Carlos Castilho, iniciou em 20 de outubro uma série de visitas a assentamentos fluminenses. A iniciativa visa estreitar o contato com os agricultores familiares para apresentação de demandas e demonstração das atividades realizadas pelos beneficiários nas áreas de reforma agrária. “Quero

conhecer pessoalmente os assentamentos desenvolvidos pelo Incra no estado, além da rotina e da luta dos trabalhadores rurais”, afirmou Castilho.

Os primeiros assentamentos visitados foram Cambucaes, localizado em Silva Jardim; Visconde, no município de Casimiro de Abreu; Bem Dizia, Prefeito Celso Daniel e o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Osvaldo de Oliveira, em Macaé.

Na oportunidade, ao conversar com os assentados, o superintendente conheceu histórias como a do agricultor Delson Oliveira Lemos, ou “Betinho”, como é conhecido no projeto Cambucaes. Betinho trabalha no assentamento desde sua criação, há 18 anos, e custeou os estudos da filha por meio da renda obtida com a produção do seu lote. “Minha filha Débora se formou em Ecologia”, declarou.

O assentado cultiva feijão, milho, aipim, quiabo, abóbora, além de criar gado, porcos e galinhas. A produção do lote é comercializada no sacolão da filha, localizado no município de Casimiro de Abreu.

Durante reuniões realizadas com as lideranças da Associação Unidos Venceremos de Pequenos Produtores de Cambucaes, Associação dos Produtores Rurais de Casimiro de Abreu (projeto Bem Dizia), Associação dos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Prefeito Celso Daniel e Colegiado do Projeto de Assentamento Sustentável Osvaldo de Oliveira, o superintendente regional do Incra ouviu as demandas destas comunidades.

Dentre as reivindicações apresentadas, questões relacionadas à titulação dos lotes, assistência técnica, incentivo à comercialização da produção e infraestrutura nos assentamentos, a exemplo da conservação de estradas, construção de áreas de lazer e apoio das prefeituras para as iniciativas dos assentados.

O superintendente regional seguirá com as visitas no decorrer deste ano para identificação de demandas e anunciou que pretende realizar, em 2017, assembleias com os agricultores familiares nos projetos de assentamento.

---

**TCU volta atrás em interpretação que não admitia melhoria de vida dos assentados. Ivan Siqueira Barreto. Site do MST, 24/10/2016**

O Tribunal de Contas da União (TCU) publicou em abril deste ano uma medida que acabou afetando a vida de centenas de milhares de famílias beneficiadas pela reforma agrária em todas as regiões do país. O Acórdão 775/2016 tornou irregular o cadastro de 578 mil pessoas com indícios de irregularidades no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), determinando a suspensão de concessões de benefícios às referidas famílias, como o acesso às políticas públicas agrárias, aposentadoria rural, assistência técnica e o Plano Safra. Além disso, a medida suspendeu os processos de seleção de novos beneficiários para o programa e o assentamento de novas pessoas.

Contudo, as interpretações que levaram o TCU a esta conclusão geraram polêmicas. A exemplo da não consideração da portaria do Ministério do Desenvolvimento Agrária (MDA), que afirma: “§ 2º - Não perderá a condição de beneficiário aquele que, após adquirir a condição de assentado, passe a se enquadrar nos incisos I,III e IV deste artigo”. O método utilizado pelo órgão federal tanto no momento da seleção, como também no período de permanência na terra; apontou para cerca de 15 possíveis irregularidades: empresários, políticos eleitos, aposentados por invalidez, menores de 16 anos, “maus antecedentes”, “sinais exteriores de riqueza”, renda superior a três salários mínimos, local de moradia diferente do lote, entre outros.

Considerando a importância da mensagem do TCU sobre a necessidade de melhoria notória do PNRA, não podemos deixar de destacar equívocos analíticos e por vezes resquícios de conotação preconceituosa nas constantes interpretações. Não só os movimentos do campo, como grande parte dos estudiosos do tema, entendem que o mundo rural atual (pluriativo) é totalmente diferente daquele que espelhou o Estatuto da Terra (1964) em sua missão colonizadora. Portanto, não é mais aceitável o TCU presumir suspeição sobre o assentado(a) dono de empresa (lanchonete, barbearia, etc), servidor (professor, vigia, etc.) e, inclusive, aquele que assumiu mandato temporário de vereador para representar sua comunidade no espaço legislativo, desde que o núcleo familiar mantenha produtivo e não comercialize o lote.

É curioso que noutro processo anterior, envolvendo o Ministério Público Federal, havia uma denúncia que combatia a consolidação de assentamentos coletivos, pois alegavam

que desta maneira o Incra instituía modos comunais que não permitem o desenvolvimento e liberdade econômica do indivíduo. Na contramão, o TCU interpretou que aqueles assentados portadores de veículos populares (R\$ 35 mil num primeiro momento, alterando para R\$ 70 mil posteriormente) seriam suspeitos de enriquecimento não compatível.

Há de se destacar que os investimentos e aplicações de créditos agrícolas no ambiente rural pode gerar um lucro “x” aplicável em qualquer parte da economia, ao sabor do cidadão. Não há nada que proíba a aplicação do lucro de determinada safra numa loja de roupas, inclusive é uma tendência estimulada pelo SEBRAE, por exemplo.

Noutro caso o Tribunal entendeu que portadores de deficiência (10.579 pessoas) não poderiam ocupar seus lotes. Quando na verdade o TCU deveria sugerir ao Incra um pacote de investimentos para acessibilidade no campo, pois muitos são mutilados em decorrência da precariedade do trabalho agrícola. Além dessas questões o TCU enquadrou no quesito “Maus Antecedentes” aquelas famílias que recebem auxílio reclusão, ou seja, se um pai comete um delito a sua família é quem paga pelo crime com a perda do lote; fato anacrônico com a constituição cidadã de 1988 e que remonta “tipologias” criminais preconceituosas para a população pobre, como fizeram cientistas e antropólogos durante a escravidão.

Outras questões foram agravadas pelos meios de comunicação que noticiaram falsas informações acerca do relatório para atacar a Reforma Agrária e os trabalhadores que lutam por terra. Foram inúmeras manchetes destacando que o “Incra assentou cerca de 37 mil mortos, senador e milionários”, quando na verdade no próprio relatório do TCU vemos “apenas” que 1.151 mortos foram assentados (a maioria faleceu próximo ao período de homologação) e 36.817 (97%) faleceram após o assentamento, apontando apenas que o Incra não supervisionou em tempo estes lotes para regularizar a sucessão familiar e retirar o falecido da base de dados.

Os casos são inúmeros, mas felizmente – para as famílias - as partes chegaram a um acordo. Ainda em setembro o TCU publicou uma revisão cautelar acatando parcialmente as defesas do Incra, principalmente no que diz respeito aos casos constatados após o assentamento das famílias. Nesta nova versão o TCU orienta permanecer o bloqueio sobre aquelas famílias que infringiram critérios somente no

momento da seleção – interpretação comum entre órgãos, estudiosos e movimentos. Logo, aquele meio milhão passou para cerca de 70 mil.

Nesta revisão, o tribunal determina, porém, um prazo de 120 dias para tratamento, notificação e resolução dos processos dos 570 mil beneficiários. Neste período poderão acessar crédito e políticas vinculadas à condição de assentado, contudo os agentes bancários foram informados da necessidade de averiguação de documentos comprobatórios.

---

### **Incra/RN entrega obras de construção e reforma de 78 moradias em dois assentamentos. INCRA, 25/10/2016.**

O Incra no Rio Grande do Norte fez a entrega, dia 20 de outubro, de obras de reforma e de construção de 78 moradias nos assentamentos Maria da Paz, no município de João Câmara (RN), e Alto do Oriente, em São Bento do Norte (RN). Os investimentos em habitação nas duas áreas, que incluem ainda, nos próximos dois meses, a reforma de outras 20 casase, em três meses, a construção de mais 20 unidades no Assentamento Alto do Oriente, chegam a R\$ 2,9 milhões.

Segundo o superintendente do Incra/RN, José Leonardo Guedes Bezerra, a regional é uma das pioneiras na construção e na reforma de casas em assentamentos da reforma agrária. A entrega foi feita pelo superintendente acompanhado pela substituta, Leilianne Duarte Gurgel D'Ávila, e técnicos da autarquia no estado.

Também participaram do ato os presidentes das associações dos assentamentos e representantes do Instituto Anastasis de Desenvolvimento, entidade responsável pela execução direta das obras, que foram financiadas pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.

Apenas em 2015, o Incra/RN inaugurou obras de reforma que beneficiaram outras 307 famílias assentadas, sendo 40 casas no assentamento Salgado, 34 no projeto Lagoa Vermelha e 76 no assentamento Esperança, em Upanema. Já no município de Umarizal foram mais 49 casas no assentamento Remédio; outras 63 no assentamento 1º de Maio,

localizado em Caraúbas, e mais 45 no assentamento Pereiros, no município de Parazinho.

### **Construção e reforma de casas**

Em três meses, devem ser concluídas as obras de construção de mais 20 moradias no assentamento Alto do Oriente, na região Central Potiguar. Somadas às 58 casas já construídas, e entregues na quinta-feira (20), o investimento chega a mais de R\$ 2,2 milhões. Já as casas reformadas foram cerca de 40 das quais 20 no assentamento Maria da Paz, a cerca de 74 quilômetros de Natal. Outras 20 moradias do projeto devem ser reformadas em até dois meses, totalizando um investimento de R\$ 680 mil.

O processo de reforma e de construção das habitações em assentamentos da reforma agrária é iniciado com o encaminhamento das demandas pelas associações das famílias assentadas à Superintendência Regional do Incra. A Caixa Econômica Federal é o órgão responsável pela fiscalização da aplicação dos recursos financeiros, no valor de R\$ 17 mil para cada moradia a ser reformada e de R\$ 28,5 mil por unidade a ser construída.

Os assentados têm um ano de carência para iniciar o pagamento, sendo a data de assinatura do contrato a referência para o início do pagamento das quatro parcelas anuais de 4% sobre o valor da construção e/ou reforma, por meio de boleto bancário. Os assentados recebem do instituto responsável pela obra, após sua conclusão, um kit com espelho para banheiro, assento sanitário, lixeira, material de limpeza, vassoura, rodo e detergente.

### **PNHR**

O Programa Nacional de Habitação Rural é uma iniciativa do Governo Federal, por meio do Ministério das Cidades, com a participação da Caixa Econômica Federal como agente financeiro. O programa foi criado para possibilitar ao agricultor familiar, trabalhador rural e membro de comunidades tradicionais o acesso à moradia digna no campo, seja construindo uma nova casa, reformando ou ampliando a já existente.

---

**Incra apresenta ações em reunião de acompanhamento da política quilombola. INCRA, 25/10/2016.**

Durante reunião da Mesa Nacional de Acompanhamento da Política Quilombola, nesta terça-feira (25), o presidente do Incra, Leonardo Góes, reafirmou o compromisso da autarquia com a regularização de territórios das comunidades remanescentes de quilombos. “O Brasil tem um débito histórico com as comunidades negras e a política de regularização terá continuidade no atual governo”, destacou.

Góes ressaltou que o atendimento das demandas das comunidades quilombolas reconhecidas no país envolve também a atuação de outros entes públicos, como os institutos estaduais de terras. “O Incra é o ator principal, mas a participação dos estados na destinação de áreas públicas pode ampliar a regularização fundiária.”

A 12ª edição da mesa nacional ocorreu na sede do Incra, em Brasília (DF), com a participação de representantes da Articulação Nacional Quilombola, Confederação Nacional Quilombola, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (Condraf), Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais, Equipe de Conservação da Amazônia, Fundação Cultural Palmares, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário e Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério da Justiça e Cidadania.

### **Balanco**

A Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra apresentou as ações promovidas no atual exercício. Entre os resultados, a edição de cinco Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs) de territórios quilombolas, que representam 10.174 hectares para 550 famílias. Mais oito relatórios serão publicados até o final do ano, com a delimitação de 43.971 hectares para 680 famílias.

Este ano também foram publicadas 14 portarias de reconhecimentos de territórios, com a definição de 26.097 hectares para 1.175 famílias. Outras três portarias devem ser aprovadas até dezembro para reconhecer 1.587 hectares em benefício de 95 famílias.

As ações do Inca asseguraram em 2016 a publicação de cinco decretos presidenciais, autorizando a desapropriação de 23.005 hectares para implantação de territórios quilombolas para 861 famílias. Há ainda outros 15 processos em análise na Casa Civil visando a decretação de novas áreas.

A titularidade das terras de algumas comunidades avançou com a emissão de três Concessões de Direito Real de Uso (CDRUs), que asseguram a posse de 508 hectares para 176 famílias. O Inca pretende expedir mais três CDRUs e cinco títulos até o final do ano para garantir a posse de 2.162 hectares para 687 famílias.

### **Acesso a políticas**

O diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Inca, Rogério Papalardo Arantes, falou ainda que a autarquia está normatizando o acesso das famílias quilombolas às políticas do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) para acesso ao crédito e à assistência técnica, por exemplo. “O acesso a essas políticas favorece o desenvolvimento, com crédito, assistência técnica, incentivo à produção e à comercialização. A medida garante inclusão produtiva, cidadania e reconhece o direito dessas comunidades”, avaliou o diretor.

Já Ivo Fonseca, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais, a iniciativa do Inca de estender políticas da reforma agrária para as comunidades quilombolas é uma conquista importante, mas as principais reivindicações ainda são o reconhecimento dos territórios e a desintrusão dessas áreas. “É preciso ampliar os recursos destinados à regularização fundiária das áreas quilombolas e vamos cobrar do Governo Federal condições para execução da política.”

---

### **Inca/PI e Prefeitura de Piracuruca discutem melhorias em assentamentos. INCRA, 26/10/2016.**

Representantes da Superintendência Regional do Inca no Piauí e da Prefeitura de Piracuruca estiveram reunidos, na última terça-feira (25), para analisar demandas referentes a assentamentos da reforma agrária localizados no município - que fica distante cerca de 200 quilômetros da capital Teresina. Em Piracuruca, existem seis



projetos de assentamentos com cerca de 150 famílias assentadas, numa área total de aproximadamente seis mil hectares.

Segundo o superintendente regional do Incra/PI, Howzembergson Lima, foi tratado na reunião, sobre obras de infraestrutura para melhorar a produção e o escoamento nos assentamentos. “Estamos analisando a possibilidade, através do Programa Terra Sol e da parceria com a prefeitura de Piracuruca, da construção de um mercado no município para a comercialização de produtos da reforma agrária”, disse.

De acordo com Lima, há também a possibilidade de construção de casas de farinha e de uma fábrica de mel, também utilizando recursos do Programa Terra Sol. Participaram da reunião o superintendente regional do Incra/PI, o prefeito de Piracuruca, Raimundo Alves, e o deputado estadual Wilson Brandão.

### **Terra Sol**

É um programa de fomento à agroindustrialização e à comercialização por meio da elaboração de planos de negócios, pesquisa de mercado, consultorias, capacitação em viabilidade econômica. Atividades não agrícolas, como turismo rural, artesanato e agroecologia também são apoiadas pelo programa.

---

### **Famílias acampadas comemoram a conquista de mais um Assentamento na Cidade de Goiás. Site da CPT, 26/10/2016.**

Mais um assentamento de Reforma Agrária é conquistado na Cidade de Goiás (GO). Depois de dois anos de processo e negociação, o Governo Federal, por meio do Incra, efetuou o pagamento do imóvel BACURI. É uma área de 1.594 hectares, localizada no município de Goiás e que faz divisa com o município de Itapirapuã.

Com este novo assentamento, o município totaliza 24 assentamentos, é o maior número proporcional de assentamentos do País. Os dois primeiros assentamentos criados no estado são os do Mosquito e São João do Bugre, que ficam na Cidade de Goiás, ambos no ano de 1986, e neste ano, portanto, se comemoram 30 anos da conquista desses assentamentos.

Serão assentadas 46 famílias nesse novo imóvel, oriundas dos Acampamentos Dom Eugênio e Irmã Zenaide, grupos acompanhados pela CPT da Diocese de Goiás e pelo Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais de Goiás e Faina.

O nome do novo assentamento já foi escolhido e será Projeto de Assentamento São Domingos, homenagem ao fundador da Ordem dos Dominicanos. Esse nome foi concedido em reconhecimento à presença e atuação dos dominicanos na Cidade de Goiás, na luta em defesa dos Direitos Humanos e na Reforma Agrária.

O envolvimento da Igreja de Goiás junto aos camponeses não é recente. A Diocese de Goiás com sua atuação pastoral coordenada por Dom Tomás Balduino, desde 1968, e com a continuidade do trabalho garantida por Dom Eugênio Rixen, tornou-se símbolo nacional e internacional de luta pela Reforma Agrária. Aliada aos camponeses, a Igreja de Goiás também passou a enfrentar a perseguição, inclusive durante a ditadura militar. A luta dos posseiros, arrendatários, meeiros e assalariados foram se identificando com a história de luta e libertação do povo de Israel. A conquista das Fazendas Estiva ou São João do Bugre e da Fazenda Mosquito foram marcos importantes e serviram como base de lançamento da vitoriosa luta pela terra no município de Goiás e na região, pois, aqui, o rosto geográfico e cultural era o latifúndio. Hoje, o município de Goiás e boa parte da região estão cortados pelos assentamentos, compondo a nova fotografia geo-político-cultural.

---

### **Encontro Nacional de Formação da CPT debate a questão agrária atual. Site da CPT, 27/10/2016.**

Reunidos no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia (GO), entre os dias 22 e 25 de outubro, cerca de 60 agentes da CPT de todo o país debateram a “questão agrária no Brasil atual: permanência, possibilidades e limites atuais”.

Os e as agentes da CPT iniciaram o Encontro compartilhando as lutas pela terra e territórios em cada região do país, os principais conflitos e dificuldades enfrentadas pelos povos do campo. Entre os temas, destacaram a falta de regularização fundiária, os grandes projetos implantados em detrimento dos povos do campo, como o MATOPIBA,

a especulação imobiliária que tem se expandido, também, na zona rural, além de ameaças e violências contra os e as trabalhadoras, bem como contra os e as agentes da CPT e de outras entidades de luta.

Leonildes Medeiros, professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), destacou a necessidade de se fazer memória do processo histórico do nosso país, para pensar da perspectiva dos trabalhadores, do lugar deles, seja a conjuntura rural ou a urbana. O sentido da questão agrária foi mudando ao longo do tempo, segundo ela. “Precisamos tentar enxergar as saídas dos trabalhadores através de suas lutas históricas. Buscar momentos chave da constituição de alguns dilemas em relação à questão agrária na história brasileira. Tentar também pensar as mudanças e algumas permanências nessa trajetória. Essa história vai ter ritmos diferentes conforme a região de nosso país. Temos situações diferenciadas em cada região”, refletiu Leonildes.

### **Bases históricas da questão agrária**

Primeiro, segundo Medeiros, precisamos atentar que quando começou a colonização brasileira pelos portugueses, foi instituído aqui um regime de terras que já existia em Portugal, o regime das sesmarias. Contudo, há enormes diferenças entre os dois países. A ideia era dar a terra a quem tivesse capital para explorar, de forma a alimentar o comércio internacional, daí o privilégio da doação de áreas para o cultivo de cana de açúcar. Não havia, porém, formas de dar dimensão a essas sesmarias, seria até onde o olhar alcançasse. Quem não cumprisse os determinantes do governo português teria que devolver as terras à coroa, daí veio, inclusive, o nome de terras devolutas. Contudo, não havia um processo de fiscalização se a pessoa a quem foram dadas essas terras estava cumprindo tais determinações.

Da mesma forma, não se colocava na época a questão da necessidade de se ter um título com os limites dessas terras. Portanto, o processo de apropriação destas no Brasil foi sem controle. Os governos provinciais também não conseguiam ter controle desses processos. Além disso, tem outra ponta da ocupação que se fazia de maneira invisível. Quem vinha para o Brasil não eram somente pequenos empresários, vieram também levas de portugueses pobres que viram a possibilidade de enriquecimento. “Normalmente não eram famílias, eram somente os homens que vinham, era uma aventura, não sabiam em quê ia dar. Então foram formando-se pequenos apossamentos

da terra, e eles iam se misturando às comunidades locais. Essa mistura foi através da violência contra as mulheres indígenas e também por alianças com os indígenas. Dessa forma foi-se se gerando uma população chamada cabocla, que foi se espalhando pelo entorno das grandes propriedades. Formação essa, também, de uma população livre e pobre. Foram ‘abrindo’ terras. Não havia preocupação com o título, mas somente em reproduzir seu modo de vida. O trabalho nas lavouras era feito pelos escravos, portanto, esses grupos tinham que ir tomando posse mesmo, pois não teriam muitas chances de trabalho”, destacou a professora.

Com a abolição da escravatura, num processo lento, os ex-escravos também foram se apropriando de terras. Além disso, tem outros casos em que muitos senhores de terras de culturas decadentes foram doando pedaços destas para ex-escravos. Porém, sem título ou qualquer documento dessa doação. “E lá se reproduziram comunidades negras. Na história brasileira essas populações ganham nomes tradicionais, e muitas vezes depreciativos. Quando essas populações se rebelavam elas eram chamadas de fanáticas. Elas eram populações que existiam, mas não eram reconhecidas. Aparecem na história sempre como um problema, sem nenhum reconhecimento”, completou.

O primeiro momento de reflexão sobre a titularização das terras foi a Lei de Terras de 1850. Os proprietários de terras eram contra qualquer tipo de regulamentação, porque regulamentar era colocar limites nas terras, sendo que para eles lhes interessava as terras sem limites. O que a lei previa, que era o registro de terras, se fez muito precariamente. Não houve um registro sistemático dessas terras. Quando aparecem os primeiros cadastros rurais, percebe-se que a soma das áreas declaradas era maior que a área total do Brasil, o que existe até hoje e que mostra a permanência de um problema que vem do Brasil colônia.

“Depois de 1850, ninguém mais mexe na questão fundiária. A próxima mexida só vai ocorrer 114 anos depois, em 1964, com o Estatuto da terra. Nesses mais de cem anos, ocorreram mudanças significativas no país, principalmente no século XX. Processo de industrialização, migrações para as cidades, aumento das cidades. E vem uma situação extremamente crítica, quem vai produzir comida para essa população das cidades que está crescendo? A agricultura que sempre tinha se voltado para o mercado externo, volta a ser debatida, mas para o mercado interno, para a produção de alimentos. Em meados

do século XIX começa-se o debate sobre distribuição de terras, junto com os debates sobre a abolição. Nos anos 1920, volta-se o debate sobre a questão da distribuição de terras, agora articulado com a ideia de uma reforma política. Tinha um grupo que levantava que era impossível resolver a questão política no Brasil sem discutir o voto de cabresto. Mexer na estrutura fundiária era essencial para romper com essa estrutura coronelista do voto de cabresto”, destacou Leonildes.

Com a era varguista, foi feito um acordo com os grandes proprietários de não mexer nas grandes propriedades. Mas, decide-se resolver esse problema fundiário com as “novas áreas”, e são criados vários projetos de colonização, inclusive projetos que tiveram como objetivo criar cinturões de abastecimento no entorno de grandes cidades. A divulgação desta “oferta de terras”, entretanto, trouxe muito mais gente do que os projetos e as terras podiam suportar, e essas pessoas foram ficando pelas beiradas, e se criaram grupos de posseiros. Esse quadro se desdobra em conflitos fundiários nos anos seguintes. Nos anos 1950 e 1960, os conflitos fundiários explodem no país. Uma parte deles eclode nas beiradas onde foram os projetos de colonização.

“O trabalho dos posseiros acabou valorizando a terra. Eles chegaram, limpavam essas terras, reproduziram seu modo de vida e começaram a produzir, quando então chega alguém se dizendo donos das terras. Essa alta dos conflitos no campo resulta, entre outros tantos motivos, no golpe militar. Os militares vão tentar equacionar de alguma maneira o desenvolvimento, a produção de alimentos e a reforma agrária. Sete meses depois do golpe, os militares vão direto na legislação agrária, com o Estatuto da Terra. Mudança de concepção e de rumos no campo, no que era visto e tido como atraso, que seria o modo tradicional de vida e produção no campo. Antes do golpe, no início dos anos 1960, tinha-se no Congresso uma bancada rural, que barrou todas as propostas em relação à reforma agrária”, concluiu.

Nos anos 1960 e 1970, a luta foi marcada pela categoria dos posseiros. A partir dos anos 1980 ela passa a ser marcada pelos sem terra. Tiveram mudanças, também, no significado da terra e no significado da reforma agrária. Se inicialmente pensamos na desconcentração da terra, nos anos 1980, 1990 e 2000, outras questões passam a ser refletidas para além da terra para cultivo e valor econômico. A terra passa por outros

significados, outros termos se somam no entendimento da terra. A questão agrária vai ganhando complexidades cada vez maiores.

### **Diferenciação social da luta pela terra no Brasil ao longo dos anos**

Cláudio Maia, professor da Universidade Federal de Goiás (UFG), destacou que temos alargado muito o conceito social de campesinato. “Desde os anos 1980 estamos pensando o campesinato pela sua diversidade. É diverso, tem demandas distintas, mas tem elementos que unem. São seguimentos subalternos, no sentido tanto econômico quanto político”. Para ele, temos que visualizar a questão agrária a partir das lutas camponesas para enxergar que mudanças elas estão impulsionando.

Guilherme Delgado, da Associação Brasileira pela Reforma Agrária (ABRA), retomou que somente na virada dos anos 1950 para os 1960 é que se constroi uma proposta política para a estrutura agrária brasileira. “Conseguimos que na Constituição não haja nenhum artigo transformando a terra puramente em mercadoria, que era o desejo dos grandes produtores”, destacou ele como uma grande vitória das articulações em prol dos povos do campo que, na época, acompanharam a Constituinte. Ele destacou ainda a importância de novos elementos que se somaram à luta no campo, como a dimensão ecológica da questão agrária, que nem era tocada nos anos 1960. Hoje, segundo ele, se leva mais em consideração essa questão.

Sérgio Sauer, professor da Universidade de Brasília (UNB), também destacou que devemos olhar a questão agrária a partir das lutas camponesas. “Ao se analisar teoricamente a questão agrária, a matriz de análise sempre é a matriz marxista, particularmente Lênin. Em um determinado momento haviam diferenças entre as lutas camponesas e as teses sociológicas sobre as lutas camponesas. As lutas são construídas socialmente, não são naturalmente diferentes. A constituição do MST, por exemplo, vai gerar um novo sujeito político que é o trabalhador sem terra, não camponês sem terra. O surgimento do Movimento muda, também, o eixo da luta pela terra, com a utilização das ocupações como estratégia”.

Já o professor Paulo Alentejano, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), destacou a questão da estrangeirização das terras, como mais uma ofensiva contra os povos do campo. Para além da questão da venda das terras para estrangeiros, o que cada

vez é mais difícil de quantificar já que muitas das empresas que possuem os títulos de terras são transnacionais com capital misto, há a questão do monopólio dos insumos para o desenvolvimento das culturas no campo. “Temos apenas cinco empresas que produzem o maquinário para o campo, e nenhuma delas é nacional. Seis empresas controlam o mercado de fertilizantes e todas transnacionais. Outras seis, que agora são quatro com as fusões, controlam quase 80% do mercado de defensivos e todas também são transnacionais. Temos um grau gigantesco de monopolização da agricultura, o que expressa a monopolização e a estrangeirização de forma combinada”.

Egon Heck, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), trouxe a mensagem dos povos originários, com o bem viver em contraposição ao modelo neoliberal e ao consumismo exacerbado. Ele destacou a mensagem de um jovem guarani kaiowá, “o nosso futuro está no passado”, como um sinal de esperança e para que voltemos aos saberes ancestrais como forma de esperança no futuro.

---

### **Incra lança edital para assentamento de famílias no Sul e Sudeste do Pará. INCRA, 27/10/2016.**

A Superintendência do Incra no Sul do Pará, sediada em Marabá, lançou, no último dia 24, o Edital 001/2016, que torna pública a realização de inscrições para candidatos a receber um lote em assentamentos sob a jurisdição da regional. O edital é baseado nos normativos legais em vigor relacionados à seleção de novos beneficiários para o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

O interessado poderá escolher o município no qual deseja ser assentado. Caso a solicitação seja deferida, ele irá compor a lista daquela localidade.

Os municípios abrangidos são: Abel Figueiredo, Água Azul do Norte, Baião, Bannach, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Breu Branco, Canaã dos Carajás, Conceição do Araguaia, Cumarú do Norte, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Floresta do Araguaia, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Marabá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento, Ourilândia do Norte, Pacajá, Palestina do Pará, Parauapebas, Pau D’Arco, Piçarra, Redenção, Rio Maria, Rondon do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Domingos do Araguaia, São Félix do Xingu, São Geraldo do

Araguaia, São João do Araguaia, Sapucaia, Tucumã, Tucuruí e Xinguara. A cada seis meses, serão promovidas inscrições itinerantes para facilitar o cadastro dos interessados.

O acesso ao edital por ser feito por meio do site do Incra, no endereço <http://www.incra.gov.br/maraba>, na sede do Incra em Marabá ou nas unidades avançadas do Instituto localizadas em Tucuruí, São Geraldo do Araguaia, Conceição do Araguaia e São Félix do Xingu.

---

### **Famílias Sem Terra sofrem ação truculenta em Itanhém, na Bahia. Site do MST, 27/10/2016**

Na manhã desta quinta-feira (27), famílias Sem Terra do Acampamento Padre José, na cidade de Itanhém, na Bahia, foram surpreendidas por um oficial de justiça, acompanhado pela Polícia Militar fortemente armada, familiares e administradores do latifundiário.

Quebrando o cadeado e entrando no acampamento, os mesmos exigiram que as famílias indicassem o nome dos coordenadores e que informassem o endereço de cada um. Portando em mãos uma ordem judicial emitida pelo juiz Francisco Moleda Godoy, o mesmo juiz que agrediu uma educadora e tentou impedir a marcha pela educação do campo em julho deste ano.

Segundo as famílias acampadas, a intenção era levar uma das lideranças da área, pois em todo momento perguntavam e exigiam a presença de um coordenador do acampamento.

"Inicialmente resistimos e não demos o nome, automaticamente chegaram mais reforço de viaturas com mais homens armados", relatou um dos acampados. "Em tom ameaçador diziam que iam prender as famílias caso não informassem os nomes".

---

### **Sem Terra comemoram a demarcação de agrovilas agroecológicas no sul da Bahia. Site do MST, 28/10/2016**



As mais de 227 famílias Sem Terra que já conquistaram a imissão de posse da Fazenda Colatina, no município do Prado, extremo sul da Bahia, realizarão um ato neste sábado (29) para celebrar da demarcação das agrovilas agroecológicas nos dois assentamentos criados no local: Jaci Rocha e Antônio Araújo.

Sem perder de vista a histórica luta em defesa da Reforma Agrária Popular, os trabalhadores acreditam que o evento, que acontecerá no Assentamento Jaci Rocha, será um momento simbólico para fortalecer a unidade e provocar a sociedade a se somar ao processo de luta pela terra.

A partir da conquista da área, em 2015, as famílias começaram um processo de organização e demarcação da terra em agrovilas de acordo com as aptidões produtivas de cada um.

O processo garantiu a construção de assentamentos agroecológicos capazes de recuperar a fauna e flora da região, diminuindo o grande passivo ambiental provocado pelos monocultivos de eucalipto da antiga fazenda.

Os trabalhadores estão se organizando em 23 agrovilas, com a média de dez famílias em cada uma. O objetivo é potencializar a produção agroecológica, o intercâmbio de experiências e a construção coletiva do conhecimento.

---

#### **NOTA PÚBLICA - Família vítima de massacre perde terra no Amapá. Site da CPT, 31/10/2016.**

O Conselho Nacional da CPT, reunido em Luziânia (GO) no último fim de semana, divulga Nota repudiando decisão da Justiça do Amapá que concedeu ao responsável pela chacina da família Magave, ocorrida em 1994, ganho de um pedaço de terra da família, que teve cinco membros assassinados.

Reunido em Luziânia – GO, no dia 29 de outubro de 2016, o Conselho Nacional da CPT, constituído pela Diretoria e Coordenadores Nacionais e Regionais, de todos os estados brasileiros, tomou conhecimento e, indignado, repudia veementemente o desfecho imposto pela Justiça do Amapá ao caso da família Magave que tanto lutou e sofreu para manter a posse de terra que exerce desde os anos 1950, à margem da BR-

156, no município de Amapá– AP, a 226 km da capital. Em 1994, por resistir – ao contrário dos vizinhos – à venda desta terra à poderosa empresa agroflorestal Chamflora, teve cinco membros da família assassinados e esquartejados, num crime hediondo, pelo qual alguns autores foram punidos, mas se beneficiaram de reduções de pena.

A grande repercussão do caso à época fez a Chamflora recuar e um fazendeiro paranaense vizinho aos Magave retornou para seu estado. Esse mesmo fazendeiro voltou ao Amapá em 2012, tirou judicialmente 10 famílias de uma área próxima e reconstruiu antiga cerca avançando 400 metros para dentro da área dos três irmãos remanescentes da família Magave, hoje, todos com mais de 70 anos de idade. A eles só restou o recurso à Justiça com uma ação de manutenção de posse, além da indignação de ver o lugar onde morreram seus entes queridos espoliado por essa nova invasão, 20 anos depois.

Em quatro anos de disputa judicial o fazendeiro nunca compareceu a uma sessão no Fórum e sempre respondeu às várias audiências através de carta precatória se apresentando como posseiro. Em 2016, terminadas as audiências, o juiz da comarca ordenou uma perícia técnica por parte do órgão de terras do Amapá (IMAP) que, em seu laudo, atestou a invasão do fazendeiro na área da família Magave. Constatou também que os únicos posseiros e moradores no local e com benfeitorias (gado, curral, plantio) eram os irmãos Magave. Ainda dizia o laudo pericial que a cerca do fazendeiro tinha adentrado mais de 400 metros a área da família.

É com surpresa e indignação que os posseiros, a CPT e as pessoas de bem que de perto e de longe conhecem o caso, recebem a notícia de que, em 18 de outubro passado, a sentença do juiz de Amapá dá direito ao fazendeiro alegando a existência de sua cerca no local há mais de 20 anos. Diz o texto: *“Contudo, como já dito, o cerne da questão reside no longo tempo em que a cerca encontra-se no local, não existindo prova incontestada da posse anterior da parte autora e, por conseguinte, do esbulho ou turbação praticado pela ré. Assim, a improcedência do pedido de reintegração de posse é medida que se impõe.”* Como pode o Sr. Juiz ignorar as provas incontestes contidas no laudo do IMAP de posse anterior e atual da família Magave? E a cerca recente do fazendeiro pode ser considerada prova de posse?

Choramos junto aos Magave a perda de parte de sua antiga terra e, sobretudo, aquela parte onde dois dos seus foram executados e trucidados, quando trabalhavam na velha casa de farinha. Aquele pedaço de chão sagrado receberá o nome de “Fazenda Espírito Santo do Amapá” e um imenso campo de soja irá se nutrir do sangue derramado desta heroica família dos Magave? Esperamos que a Justiça se reestabeleça nas instâncias superiores, ou o acúmulo de abusos e violência judicial, tão comuns nos dias de hoje, ganhará mais um episódio escabroso!

Luziânia – GO, 29 de outubro de 2016.

O Conselho Nacional da CPT

---

### **Incra/RO e Terra Legal firmam parceria para regularização fundiária em áreas de conflitos agrários. INCRA, 31/10/2016.**

A Superintendência Regional do Incra em Rondônia e o Programa Terra Legal - vinculado à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) -, chegaram a um acordo operacional para um esforço concentrado no sentido de viabilizar a regularização fundiária de dez áreas prioritárias em situação de conflito agrário no estado. A assinatura do acordo ocorreu no dia 26 de outubro, na sede do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), em Porto Velho (RO).

“O Incra encaminhará imediatamente os processos dessas áreas para análise da equipe do Terra Legal e providências para a regularização fundiária das mesmas, além de dar todo o apoio e infraestrutura para a realização dos trabalhos”, declarou o superintendente do Incra/RO, Cletho Muniz de Brito.

Desde o ano de 2009, as atribuições de regularização fundiária ou desconstituição de posse de imóveis rurais em terras situadas em áreas da União, na Amazônia Legal, foram transferidas do Incra para o então Ministério do Desenvolvimento Agrário, sendo suas ações executadas pelo Programa Terra Legal – criado pela Lei Nº 11.952/2009. A intenção do Programa é regularizar as ocupações legítimas, com prioridade aos

pequenos produtores e às comunidades locais e prevê dispositivos para evitar a regularização de áreas griladas.

Dentre esses imóveis rurais, encontram-se grande parte dos que hoje estão em disputa pela posse, como aqueles licitados nas décadas de 1970 e 80, sendo a competência sobre essa matéria do programa Terra Legal, ficando o Incra com as ações de assentamentos e mediação de conflitos.

O coordenador do Programa Terra Legal em Rondônia, Daniel Oliveira, afirmou a disposição para o diálogo e parceria na solução desses casos. “Vamos caminhar juntos daqui para frente”, garantiu.

Rondônia conta atualmente com 106 áreas em situação de disputa, situadas em 23 municípios, com 8.759 famílias acampadas, sendo 25% enquadradas em alto grau de risco de ocorrência de conflitos graves. Do total de imóveis ocupados, cerca de 75% dependem de ação direta do Programa Terra Legal e 25% demandam atuação do Incra.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,  
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,  
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,  
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,  
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

**Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto

**Secretária**

Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**  
**em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**  
**UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa